



# [PREGÃO ELETRÔNICO]

90033/2025

**CONTRATANTE/GERENCIADOR** (UASG)

(153035)

**OBJETO:** contratação de serviços contínuos de almoxarife, operador de carga e descarga; supervisor de almoxarifado e operador de áudio e vídeo (manutenção) a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ R\$ 1.431.401,83 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil e quatrocentos e um reais e oitenta e três centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/01/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / por item/grupo

## MODO DE DISPUTA:

[aberto e fechado]

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM] (Item 8)

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
<b>2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....</b>	<b>3</b>
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....</i>	<i>5</i>
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	18
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	20
<b>11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....</b>	<b>21</b>
<b>12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....</b>	<b>22</b>
13. DOS RECURSOS.....	23
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	26
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26

**MODELO DE EDITAL****UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO****[PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90033/2025**  
(Processo Administrativo nº 23085.008757/2025-11)

Torna-se público que o(a) Torna-se público que o(a) **[Universidade Federal do Triângulo Mineiro]**, por meio do(a) [Departamento de Licitações e Contratos] **responsável pelas licitações**, sediado(a) [Rua **Frei Paulino, 30, Bairro Abadia, na cidade de Uberaba, MG.**], realizará licitação, na modalidade **[PREGÃO ELETRÔNICO]**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de **[almoxarife, operador de carga e descarga, supervisor de almoxarifado e operador de áudio e vídeo (manutenção)]**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.*

1.2.1 *relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;*

1.2.2 *relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Não se aplica.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para o item 8 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11 *sociedades cooperativas;*

3.9.12 *pessoas físicas.*

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 p ossuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1 *valor unitário/total do item*
- 6.1.2 *marca;*
- 6.1.3 *fabricante;*
- 6.1.4 *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100 por cento.....*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 6.2.1 O licitante *[NÃO]* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;



- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de .....**

Valor do item	Intervalo Mínimo entre lances
Até R\$ 49,99	R\$ 0,01
De R\$ 50,00 a R\$ 499,99	R\$ 1,00
De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	R\$ 10,00
De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.999,99	R\$ 20,00
De R\$ 3.000,00 a R\$ 9.999,00	R\$ 50,00
Acima de R\$ 10.000,00	R\$ 100,00
Acima de R\$ 100.000,00	R\$ 1000,00

- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa

SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025;

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 6 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital,

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

- 8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- 8.8.1 **[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];**

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.10.1 conter vícios insanáveis;
- 8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.10.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.10.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.10.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.10.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. *Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:*

8.13.1 *Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;*

8.13.2 *No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.13.3 *No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.*

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.15.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.15.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.15.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:



8.24.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.24.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.24.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.24.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por [IGUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO].

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

9.10.1 *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [através do e-mail: dsl.preuni@uftm.edu.br], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

9.10.2 *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, SEIS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até [SEIS] horas para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [5] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [5] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [5] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [5] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. *Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.*

10.9. *Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.*

10.9.1 *Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.*

10.10. *Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto*

no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de **XX** %.

**11.** Considerando a justificativa contida no documento ANOTAÇÕES PROCESSUAIS 60/2025/DSL – PROCESSO SEI: 23085.008757/2025-11 (**1680330**), a área técnica optou por não prever um percentual mínimo de postos de trabalho reservados às mulheres vítimas de violência doméstica, portanto não sendo aplicável o disposto no item 10.10.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Não se aplica

## **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

13.1. Não se aplica.

## **14. DOS RECURSOS**

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [\[https://sei.ufmt.edu.br/\]](https://sei.ufmt.edu.br/).

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

15.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.6 fraudar a licitação;

15.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

15.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

15.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [e-mail: [bruna.oliveira@uftm.edu.br](mailto:bruna.oliveira@uftm.edu.br)].

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. O preço ofertado será fixo e irrevogável, expresso em R\$ (reais), com apenas duas casas decimais.

17.3. No caso de preços (unitário ou total) com número de casas decimais superior a 02(dois) dígitos, o(a) Pregoeiro(a) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item anterior, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo.

17.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOVERNAMENTAIS e as do Anexo I do Termo de Referência, prevalecerão às últimas.

17.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

17.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [[https://www.uftm.edu.br/proad/aquisicoes-e-licitacoes /pregao-eletronico](https://www.uftm.edu.br/proad/aquisicoes-e-licitacoes/pregao-eletronico)].

17.14. Fica a licitante vencedora obrigada a realizar o cadastramento de pelo menos de 01 (um) Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFTM, para fins de assinatura eletrônica de atas de registro de preços e /ou contratos.

17.15. O cadastro como Usuário Externo no SEI é personalíssimo, ou seja, sua operação é sob a responsabilidade da pessoa natural que opera o sistema e está condicionado à aceitação, pelo interessado, das regras que disciplinam o uso do SEI. Portanto, tem como consequência a responsabilização do usuário externo pelas ações efetuadas, as quais são passíveis de apuração nas esferas administrativa, civil e penal.

17.16. Para se credenciar, a licitante declarada vencedora deve preencher e enviar o Formulário de Cadastro disponível no site <http://uftm.edu.br/sei>.

17.17. Para que seja feita a liberação do cadastro, a licitante deverá encaminhar, para o endereço eletrônico: [bruna.oliveira@uftm.edu.br](mailto:bruna.oliveira@uftm.edu.br), os seguintes documentos: Cópias do RG e CPF ou outro documento de identidade com foto e que conste o número do CPF; Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente preenchida e assinada (Anexo V).

17.18. Mais informações para efetivar o cadastro podem ser obtidas no Manual de Usuário Externo do SEI.

17.19. O modelo de proposta e a Planilha de Custos e Formação de Preços constam do Termo de Referência., anexo I deste edital.

17.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.20.1 Anexo I - Termo de Referência: Segue arquivo em pdf.

17.20.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

17.20.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato: Segue arquivo em pdf.

17.20.3 Anexo III – Declaração de Concordância e Veracidade.

17.20.4 Anexo IV – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

17.20.5 Anexo V – Modelo de autorização para utilização da garantia e de pagamento direto.

17.20.6 Anexo VI- Declaração de Vistoria.

### **Anexo III- DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE**

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE (Cadastro de Usuários Externos no SEI da UFTM) Nome Completo do Usuário:

CPF; \_\_\_\_\_, E-MAIL: \_\_\_\_\_

Telefone:

Endereço de

Domicílio: \_\_\_\_\_ AT

ENÇÃO: Conforme estabelece o edital, o usuário externo deverá encaminhar para o e-mail bruna.oliveira@uftm.edu.br juntamente com a declaração os seguintes documentos: documento de identificação pessoal; Cadastro de Pessoa Física – CPF; Na hipótese de haver dúvida quanto à autenticidade dos documentos, a UFTM poderá, a qualquer tempo, exigir cópias autenticadas dos documentos e firmar e conhecida no Termo de Declaração de Concordância e Veracidade.

#### **Anexo IV. Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical**

DECLARO que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº , inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em , está regulamente vinculada ao Sindicato , conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de de 2021 em caso de irregularidades. **(Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI nº 190, de 2024).**

#### **Anexo V. Modelo de autorização para utilização da garantia e de pagamento direto.**

**CONTRATO Nº XXXX**

\_\_\_\_\_ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr.

(nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, AUTORIZA, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 90033/2025:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa ( \_\_\_\_\_ ) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o)

.....), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

**Anexo VI. Declaração de vistoria**

**PREGÃO 90033/2025**

**PROCESSO Nº 23085.008757/2025-11**


Declaramos, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, representada pelo Sr (a). \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_/SSP - \_\_\_\_\_, vistoriou as dependências da UFTM, onde serão executados os serviços, constatou as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem contratados e recebeu as informações pertinentes, estando de acordo com as disposições do Edital.

Local, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

[Uberaba], [9] de janeiro] de [2026].

**Bruna Pereira de Oliveira**

**Pregoeira**

Documento assinado digitalmente  
**BRUNA PEREIRA DE OLIVEIRA**  
Data: 09/01/2026 15:45:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO

Termo de Referência 137/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
137/2025	153035-UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	GUILHERME MARCELINO DE LIMA	07/01/2026 10:25 (v 0.14)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23085.008757/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

(Processo Administrativo nº 23085.008757/2025-11)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de almoxarife, operador de carga e descarga, supervisor de almoxarifado e operador de áudio e vídeo (manutenção) a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ANUAL
	1	Prestação de serviço contínuo de almoxarife - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 08 postos no período de 1 (um) ano	14907	Unidade	1	R\$ 536.592,91

1	2	Prestação de serviço contínuo de operador de carga e descarga - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 04 postos no período de 1 (um) ano	14389	Unidade	1	R\$ 256.708,95
	3	Prestação de serviço contínuo de supervisor de almoxarifado - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 01 posto no período de 1 (um) ano	25623	Unidade	1	R\$ 81.548,78
2	4	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 3 postos no período de 1 (um) ano	3778	Unidade	1	R\$ 211.987,09
	5	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 2 postos com hora noturna no período de 1 (um) ano	3778	Unidade	1	R\$ 143.692,45
3	6	Prestação de serviço contínuo de almoxarife - <u>Campus Iturama</u> - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	14907	Unidade	1	R\$ 65.583,42
	7	Prestação de serviço contínuo de operador de carga e descarga - <u>Campus Iturama</u> - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	14389	Unidade	1	R\$ 62.383,63
4	8	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - <u>Campus Iturama</u> - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	3778	Unidade	1	R\$ 72.904,60

#### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção compromete a continuidade das atividades essenciais da Administração e cujos contratos devam estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de evitar contratações rotineiras e antieconômicas, conforme Art. 1º da PORTARIA REITORIA/UFTM Nº 74, DE 23 DE JULHO DE 2021.

1.4. A continuidade dos serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado justifica-se pela necessidade permanente e ininterrupta de gestão, organização, movimentação de materiais de consumo e/ou permanentes nas unidades da UFTM, de modo a garantir, na quantidade, no local e no momento correto, o abastecimento dos insumos essenciais ao pleno funcionamento dos setores administrativos, acadêmicos e operacionais da Universidade. Portanto, a interrupção poderia acarretar prejuízos ao patrimônio e às rotinas institucionais do órgão, afetando o funcionamento, por exemplo, de laboratórios, de salas de aula, setores administrativos, serviços de limpeza, conservação, manutenção predial, dentre outros.

1.5. Em relação aos serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção), sua continuidade justifica-se pela necessidade, também permanente e ininterrupta, de apoio e suporte técnico especializado em equipamentos de áudio e vídeo utilizados na realização de aulas, eventos acadêmicos e/ou administrativos, defesas de trabalhos, atividades de extensão, transmissões e gravações institucionais, dentre outros, e sua interrupção, comprometeria a realização e a qualidade destas atividades.

#### **Prazo de vigência**

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. A contratação será dividida em quatro grupos, sendo o grupo 1 referente aos serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado para o Campus Uberaba, o grupo 2 para os serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção), com e sem adicional noturno, para o Campus Uberaba, o grupo 3 destinado aos serviços de almoxarife e operador de carga e descarga para o Campus Iturama e por fim, o grupo 4 para os serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção) para o Campus Iturama.

1.8. O agrupamento dos 8 (oito) itens em 4 (quatro) grupos justifica-se pela natureza complementar e interdependente das atribuições dos cargos. Além disso, o agrupamento facilita a gestão e fiscalização do contrato, centralizada em um único fornecedor por grupo, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e menor gasto de pessoal envolvido, em consonância com os princípios constitucionais da economicidade e da eficiência. Ainda, o agrupamento traz maior atratividade ao mercado, aumentando assim a competitividade por contratos de maior valor.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 25437484000161-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III) Id do item no PCA: 245 (Iturama) e 246 (Uberaba);

IV) Classe/Grupo: 859/OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;

V) Identificador da Futura Contratação: 153035-62/2026 (Iturama) e 153035-61/2026 (Uberaba).

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Recomenda-se que a empresa que vier a ser contratada adote boas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, conforme orienta a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010;

4.1.2. A empresa deverá realizar periodicamente ações de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre o manejo adequado de resíduos sólidos, e sobre o consumo consciente de água, energia, combustível e materiais de consumo;

4.1.3. A empresa deverá realizar o manejo dos resíduos gerados na execução do serviço em conformidade com os procedimentos adotados pela UFTM e com a legislação vigente;

4.1.4. A empresa deverá submeter seus colaboradores à participação em ações de sensibilização ambiental promovidas pela contratante.

4.1.5. O Termo de Referência está alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS–UFTM) que propõe programas e medidas de sustentabilidade socioambiental na UFTM. O Plano atende ao art. 16 do Decreto nº 7.746 (de 5 de junho de 2012), que prevê a elaboração do PDLS na Administração Pública Federal:

<https://www.uftm.edu.br/proplan/planejamento-e-desenvolvimento/planejamento-estrategico/pdls/plano>

## **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.3. Haverá a exigência da garantia prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da INSTRUÇÃO NORMATIVA REITORIA /UFTM Nº 27, DE 5 DE MAIO DE 2025, utilizada como referência para essa contratação.

4.4. Deverá ser exigida a garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fornecimentos de materiais ou serviços que resultem contrato administrativos, cujo valor estimado para a contratação seja superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

4.5. Caso o adjudicatário opte por uma das modalidades: fiança bancária, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Contrato, comprovantes originais ou autenticados de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

4.6. Caso o adjudicatário opte pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-la, em até 30 (trinta) dias contados a partir da homologação e previamente, à assinatura do contrato.

4.6.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.6.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.6.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.



- 4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.12. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
  - 4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.17.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
  - 4.17.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.18.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
  - 4.18.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
  - 4.18.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

- 4.22. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à

sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo ser previamente agendada até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas, através do email: dsl.preuni@uftm.edu.br.

4.23. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.24. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.25. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.26. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Instalação de escritório**

4.27. Considera-se imprescindível, nos casos dos contratos que abranjam 10 (dez) ou mais postos de trabalho, que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima no município onde será prestado o serviço, ou em um raio de até 100 km de distância.

4.28. A exigência do escritório, neste caso, decorre da maior complexidade operacional motivada pelo maior número de colaboradores, demandando uma estrutura mínima de apoio administrativo, capaz de atender tempestivamente as necessidades da contratante e de assegurar a adequada execução dos serviços contratados. A instalação deste escritório proporcionará, dentre outros, a reposição ágil do efetivo, a facilidade de gestão e supervisão local, o pronto atendimento a eventuais ocorrências, a comunicação direta e eficiente com a contratante e com os colaboradores, além do cumprimento célere das exigências legais e trabalhistas, proporcionando, desse modo, maior qualidade, continuidade e segurança durante a execução contratual.

#### **Outros requisitos**

4.29. A contratação deverá atender o disposto:

4.29.1. No Decreto nº 11.430/2023, alterado pelo Decreto nº 12.516/2025, sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho;

4.29.2. No Decreto nº 12.174/2024 sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.29.3. As empresas de prestação de serviços executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, contratadas pela UFTM, deverão observar as diretrizes deste Plano e do Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Discriminação instituído pela Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promover práticas respeitadas e humanizadas;

4.29.4. Cabe a empresa, custear e implementar programa de prevenção, proteção, informação, formação, segurança contra as práticas de assédio e discriminação;

4.29.5. Na IN Seges/MGI nº 81/2024 sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.29.6. Na IN Seges/MGI nº 213/2025 sobre a organização e a previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de que trata o inciso I, art. 3º, do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir do início da vigência do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A execução dos serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado envolve rotinas de recebimento de materiais, organização de estoques, conferência de material, inventário de bens, separação, entrega, recolhimento e

movimentação de bens de consumo e/ou bens permanentes, tanto internamente nas Divisões de Almoxarifado, Patrimônio, Engenharia e Gestão Administrativa, quanto externamente nas demais unidades administrativas e acadêmicas do órgão.

5.1.2.2. A execução dos serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção) envolve rotinas de instalação, configuração, verificação, operação e suporte técnico de equipamentos de áudio, vídeo e multimídia em geral, em auditórios, salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Universidade, incluindo a realização de check-lists preventivos, testes de funcionamento, manutenções e pequenos reparos, registro e acompanhamento de ocorrências técnicas, organização e controle da agenda de utilização dos espaços, apoio a eventos acadêmicos e administrativos, orientação a usuários quanto ao uso adequado dos equipamentos, bem como demais atividades necessárias ao pleno funcionamento e à conservação dos sistemas e recursos audiovisuais do órgão.

5.1.2.3. A frequência dos funcionários deve ser registrada em sistema de controle de ponto, no modelo: Entrada e Saída do primeiro período e Entrada e Saída do segundo período, considerando 01 (uma) hora, pelo menos, de pausa obrigatória para descanso entre os dois períodos.

5.1.2.3.1. Os serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado devem obedecer à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

5.1.2.3.2. Os serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção) devem obedecer à carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.

5.1.2.4. As atividades dos profissionais serão coordenadas pelos Fiscais do Contrato, devidamente designados nos termos da norma em vigor.

5.1.2.5. As empresas contratadas ficarão sujeitas a mais ampla e irrestrita supervisão dos serviços contratados, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos necessários requeridos pela UFTM.

5.1.2.6. Para os postos de trabalho da presente contratação não se aplica a redução de jornada prevista pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 381/2025.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Os serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado em Uberaba-MG serão prestados na Divisão de Almoxarifado e na Divisão de Patrimônio, ambas localizadas atualmente na Avenida Deputado José Marcus Cherem, 2150 - Bairro São Cristóvão, CEP: 38040-500 e no Almoxarifado do Departamento de Engenharia e Manutenção, localizado atualmente na Avenida Doutor Randolpho Borges Júnior, 1400 - Bairro Univerdecidade.

5.2.2. Os serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção) em Uberaba-MG serão prestados em diferentes endereços, nos quais localizam-se auditórios, salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Universidade e serão previamente informadas à empresa Contratada, de acordo com as necessidades do órgão.

5.2.3. Os serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e operador de áudio e vídeo (manutenção) em Iturama-MG serão prestados na Divisão de Gestão Administrativa, localizada atualmente na Avenida Antônio Baiano, 150 - Bairro Cidade Nova, CEP: 38280-000.

5.2.4. Os endereços poderão ser alterados a qualquer tempo de acordo com as necessidades do órgão, mediante comunicação prévia à empresa Contratada.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. O início e o término da jornada diária de trabalho abrangerá, em regra, o horário administrativo, a ser estipulado pelos setores onde os colaboradores prestarão os serviços, podendo ser alterados a qualquer tempo de acordo com as necessidades do órgão, mediante comunicação prévia à empresa Contratada.

5.3.1.1. Excepcionalmente, para o Grupo 2, item 5 - operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - Campus Uberaba - com hora noturna - em razão das atividades institucionais realizadas no período noturno, é previsto que 02 (dois) postos de trabalho cumprirão jornada no horário das 13:20 às 23:00 horas, com 01 hora de intervalo. Portanto, deverá ser considerada no cálculo de formação de preços, o adicional noturno correspondente, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho adotada e nos termos da legislação trabalhista vigente.

5.3.2. Eventualmente, para todos os cargos, poderá existir a necessidade da prestação de serviços além dos horários previstos e aos sábados, domingos e feriados, devendo, preferencialmente, desde que definido na Convenção Coletiva de Trabalho adotada, haver a compensação das horas trabalhadas excedentes, conforme prazos definidos no Acordo Coletivo vigente.

5.3.4. As jornadas realizadas além dos horários previstos e aos sábados, domingos e feriados serão previamente informadas à empresa, que elaborará a escala de trabalho conforme a disponibilidade e banco de horas dos empregados.

5.3.5. O pagamento de horas-extras somente ocorrerá depois de esgotadas as possibilidades de compensação ou em caso de rescisão, mediante aplicação do percentual previsto na Convenção Coletiva da categoria, e será efetuado por meio da apresentação da Nota Fiscal específica, com a folha de pagamento e com a planilha de custo mensal que comprovem as horas efetivamente trabalhadas pelos funcionários do CONTRATADO, e o correspondente pagamento aos funcionários.

5.3.6. Quando da eventualidade de ocorrência de horas de trabalho noturno que exijam o pagamento do adicional noturno, e seus reflexos, durante a execução contratual, o pagamento será efetuado de acordo com as condições definidas no Acordo Coletivo vigente, por meio da apresentação da Nota Fiscal específica, da folha de pagamento e da planilha de custo mensal, que comprovem as horas efetivamente trabalhadas pelos funcionários do CONTRATADO, e o correspondente pagamento aos funcionários.

5.3.7. Fica esclarecido que somente serão pagas as horas-extras, diurnas ou noturnas, efetivamente ocorridas no mês correspondente.

## **Rotinas a serem cumpridas**

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Para o posto de almoxarife:

5.4.1.1. Receber, conferir, armazenar e distribuir bens de consumo e/ou permanentes, realizando registros de entrada e saída e controlando estoques no sistema da contratante;

5.4.1.2. Separar materiais conforme requisições, conferir notas fiscais e integridade dos itens, organizar e manter limpo o almoxarifado;

5.4.1.3. Executar inventários e auxiliar na logística, expedição e acondicionamento dos materiais e produtos;

5.4.1.4. Operar softwares e planilhas da contratante, organizar documentos e arquivos, prever demandas de reposição e desempenhar outras atividades correlatas à função.

5.4.2. Para o posto de operador de carga e descarga:

5.4.2.1. Executar atividades de preparo, carga, descarga, transporte, recolhimento e remanejamento de bens de consumo e/ou permanentes, de modo interno ou externo, utilizando, quando necessário, equipamentos próprios de movimentação;

5.4.2.2. Fixar e acondicionar cargas em veículos, realizar entregas e coletas, apoiar atividades operacionais de baixa complexidade, manter a limpeza e organização dos locais de trabalho;

5.4.2.3. Prestar apoio logístico, seguindo orientações e supervisão recebidas, e desempenhar outras atividades correlatas à função.

5.4.3. Para o posto de supervisor de almoxarifado:

5.4.3.1. Executar tarefas de caráter técnico, relativas ao planejamento, avaliação e controle de serviços pertinentes à contratação;

5.4.3.2. Orientar as atividades dos trabalhadores de sua equipe nas diferentes fases dos trabalhos, acompanhando a execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos;

5.4.3.3. Organizar, distribuir e supervisionar as atividades relacionadas à contratação, distribuindo, coordenando e acompanhando as tarefas dos trabalhadores, de modo a assegurar o desenvolvimento regular e eficiente dos serviços;

5.4.3.4. Comunicar com a equipe de trabalho, efetuar reuniões, ministrar treinamentos e desempenhar outras atividades correlatas à função.

5.4.4. Para o posto de operador de áudio e vídeo (manutenção):

5.4.4.1. Auxiliar na operação, instalação, configuração e verificação de equipamentos de áudio e vídeo utilizados em auditórios, salas de aula, laboratórios e demais ambientes da contratante;

5.4.4.2. Realizar check-lists preventivos de funcionamento, testar equipamentos antes do uso, identificar falhas e providenciar pequenos reparos e manutenções;

5.4.4.3. Apoiar na organização e no controle da agenda de utilização dos espaços que demandem recursos de áudio e vídeo, registrando solicitações, acompanhando reservas e assegurando a disponibilidade dos ambientes;

5.4.4.4. Prestar suporte técnico durante eventos, aulas e atividades acadêmicas ou administrativas, zelando pela conservação dos equipamentos, orientando usuários quanto ao uso adequado e desempenhando outras atividades correlatas à função.

5.4.5. As seguintes tarefas gerais devem ser observadas por todos os postos:

- 5.4.5.1. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;
- 5.4.5.2. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;
- 5.4.5.3. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do seu local de trabalho;
- 5.4.5.4. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;
- 5.4.5.5. Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;
- 5.4.5.6. Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando à contratante qualquer eventualidade que observe;
- 5.4.5.7. Comunicar à segurança a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;
- 5.4.5.8. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;
- 5.4.5.9. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;
- 5.4.5.10. Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;
- 5.4.5.11. Apresentar-se sempre com crachá e com o uniforme estabelecido;
- 5.4.5.12. Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) disponibilizados pelo Contratado, durante toda a execução das atividades.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

##### **5.5.1. Para o posto de almoxarife:**

- 5.5.1.1. Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral: 02 (duas) unidades por colaborador;
- 5.5.1.2. Luva de segurança, material: vaqueta: 02 (dois) pares por colaborador;
- 5.5.1.3. Luva de segurança pigmentada: 02 (dois) pares por colaborador;
- 5.5.1.4. Máscara de proteção tipo concha: 02 (duas) unidades por colaborador;
- 5.5.1.5. Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço: 01 (um) par por colaborador;
- 5.5.1.6. Paleteira para transporte de carga, com elevação hidráulica, controle manual e capacidade de no mínimo 2000 kg: 04 (quatro) unidades para o Campus Uberaba e 01 (uma) unidade para o Campus Iturama;

##### **5.5.2. Para o posto de operador de carga e descarga:**

- 5.5.2.1. Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral: 02 (duas) unidades por colaborador;
- 5.5.2.2. Luva de segurança, material: vaqueta: 02 (dois) pares por colaborador;
- 5.5.2.3. Luva de segurança pigmentada: 02 (dois) pares por colaborador;
- 5.5.2.4. Máscara de proteção tipo concha: 02 (duas) unidades por colaborador;
- 5.5.2.5. Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço: 01 (um) par por colaborador;
- 5.5.2.6. Cinta elástica ergonômica, tipo lombar, em poliéster e com fechamento em velcro: 01 (uma) unidade por colaborador;
- 5.5.2.7. Carrinho para transporte de carga, do tipo abastecimento multiuso e fechado lateralmente com tela/grade, com capacidade de no mínimo 300 kg: 04 (quatro) unidades para o Campus Uberaba e 01 (uma) unidade para o Campus Iturama;

##### **5.5.3. Para o posto de supervisor de almoxarifado:**

- 5.5.3.1. Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral: 02 (duas) unidades por colaborador;

5.5.3.2. Máscara de proteção tipo concha: 02 (duas) unidades por colaborador;

5.5.3.3. Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço: 01 (um) par por colaborador;

5.5.4. Para o posto de operador de áudio e vídeo (manutenção):

5.5.4.1. Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral: 02 (duas) unidades por colaborador;

5.5.4.2. Protetor auricular tipo plug, com atenuação mínima de 15 dB: 02 (dois) pares por colaborador;

5.5.4.3. Luvas de proteção em material antiderrapante/nitrílico, para manuseio de cabos e equipamentos: 02 (dois) pares por colaborador;

5.5.4.4. Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço: 01 (um) par por colaborador;

5.5.4.5. Escada extensível, material: alumínio, 2x10 degraus com altura máxima de 5 metros e capacidade máxima de 150kg : 03 (três) unidades para o Campus Uberaba e 01 (uma) unidade para o Campus Iturama;

5.5.4.6. Kit básico de ferramentas para pequenos reparos, contendo minimamente os itens descritos abaixo: 03 (três) kits para o Campus Uberaba e 01 (um) kit para o Campus Iturama:

5.5.4.6.1. Jogo de chave de fenda e Philips composto por 05 peças cada, sendo: 03 Chaves de fenda com medidas: 3 x 100 mm (1/8" x 4"), 4 x 150 mm (3/16" x 6") e 6 x 200 mm (1/4" x 8"); 02 chaves phillips com medidas: 4,5 x 100 mm (3/16" x 4") PH1, 6 x 150 mm (1/4" x 6") PH2 - Ref.: GEDORE-150-160S2;

5.5.4.6.2. Jogo de chaves combinadas com 12 peças cada, feitas em aço cromo-vanádio e com as seguintes medidas: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19 e 22mm - Ref.:MTX-154129;

5.5.4.6.3. Alicate de corte diagonal 6 polegadas - 160mm - Ref.: MTX-175209;

5.5.4.6.4. Alicate de bico meia cana reto 6 polegadas - 160mm - Ref.: MTX-171649;

5.5.4.6.5. Alicate tipo universal 8 polegadas - 200mm - Ref.: MTX-169069;

5.5.4.6.6. Alicate desencapador de fios 8 polegadas; para fios 10 e 24 AWG; automático; ajuste para fios menores - Ref.: IRWIN-2078300;

5.5.4.6.7. Alicate crimpador para RJ45, RJ12 e RJ11 - Ref.: LITH-LT0001FM;

5.5.4.6.8. Furadeira de impacto; potência mínima 710W; tensão 127V; mandril ½ polegada; velocidade variável; seletor de função; seletor de reverso; velocidade 0 - 2600 RPM; impactos por minuto 0 - 47600 IPM - Ref.: DEWALT-DWD502;

5.5.4.6.9. Jogo de brocas para metal com 7 brocas de medidas 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 10mm - Ref.: BOSCH-2607017508-000;

5.5.4.6.10. Jogo de brocas para concreto com 7 brocas de medidas 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10mm -Ref.: IRWIN-891507;

5.5.4.6.11. Trena de bolso 8 metros; 26mm de largura; fita graduada em milímetros e polegadas - Ref.: STARRETT-STS1-8ME;

5.5.4.6.12. Ferro de solda; potência 50W; tensão 127V; temperatura máxima 510°C - Ref.: HIKARI-POWER60;

5.5.4.6.13. Multímetro; digital; medição de tensão alternada e contínua; medição de continuidade; medição de resistência - Ref.: MINIPA-ET1002;

5.5.4.6.14. Bolsa para ferramentas; com forro duplo; impermeável; com compartimentos internos e externos; alça tiracolo; peso suportado 15KG - Ref.: FORTGPRO-FG8993.

5.5.4.7. Materiais para manutenção, substituição e reparo de equipamentos e de sistemas de áudio e vídeo instalados nas dependências da UFTM, conforme especificações e quantidades estimadas a seguir:

5.5.4.7.1. Para o Campus Uberaba (grupo 2):

MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
Cabo HDMI 2.0 4k 3 metros	UN	30
Cabo HDMI 2.0 4k 5 metros	UN	30
Cabo HDMI 2.0 4K 10 metros	UN	100
Cabo HDMI 2.0 4K 15 metros	UN	50
Extensor HDMI RJ45 ativo	UN	10
Cabo P2 Stereo para P10 Stereo 1,5 metros	UN	15
Conector metálico P10 mono	UN	50

Conector metálico P10 estéreo	UN	50
Conector metálico XLR macho	UN	50
Conector metálico XLR fêmea	UN	50
Conector SPEAKON 4 vias macho	UN	10
Emenda SPEAKON 4 vias	UN	10
Cabo microfone balanceado 2x0,30mm <sup>2</sup>	METROS	300
Abraçadeira de Nylon 200mm x 2,5mm (100un)	PCT	15
Parafuso M4 x 8mm	UN	100

5.5.4.7.2. Para o Campus Iturama (grupo 4):

MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
Cabo HDMI 2.0 4k 3 metros	UN	10
Cabo HDMI 2.0 4k 5 metros	UN	10
Cabo HDMI 2.0 4K 10 metros	UN	30
Cabo HDMI 2.0 4K 15 metros	UN	20
Extensor HDMI RJ45 ativo	UN	5
Cabo P2 Stereo para P10 Stereo 1,5 metros	UN	5
Conector metálico P10 mono	UN	20
Conector metálico P10 estéreo	UN	20
Conector metálico XLR macho	UN	20
Conector metálico XLR fêmea	UN	20
Conector SPEAKON 4 vias macho	UN	5
Emenda SPEAKON 4 vias	UN	5
Cabo microfone balanceado 2x0,30mm <sup>2</sup>	METROS	100
Abraçadeira de Nylon 200mm x 2,5mm (100un)	PCT	5
Parafuso M4 x 8mm	UN	100

5.5.4.7.3. O fornecimento destes materiais será realizado sob demanda, por meio de solicitação formal dos fiscais do contrato através do envio do Instrumento de Solicitação de Materiais (ISM), apresentado no Anexo II ou de documento equivalente, devendo a Contratada apresentar o ISM devidamente preenchido e assinado no momento da entrega para conferência dos fiscais.

5.5.4.7.4. O prazo máximo para entrega dos materiais será de 4 (quatro) dias úteis para pedidos regulares e de 2 (dois) dias úteis para pedidos classificados como extraordinários ou urgentes, a contar da data de solicitação formal pelo fiscal do contrato.

5.5.4.7.5. O pagamento pelos materiais efetivamente solicitados e entregues será realizado mensalmente mediante apresentação da planilha de controle de materiais referentes ao fechamento do mês anterior, do(s) ISM(s) conferido(s) e assinado(s) pelos fiscais e da nota fiscal específica, observando-se os valores unitários apresentados na proposta vencedora, multiplicados pelas quantidades demandadas no período.

5.5.5. A contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, equipamentos e materiais em perfeito estado de conservação e funcionamento, adequados ao tipo de serviço a ser executado.

5.5.6. Os equipamentos e os materiais deverão atender, no que couber, às normas de segurança vigentes e serem mantidos sob responsabilidade da contratada, que deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário.

5.5.7. A Contratada deverá substituir os equipamentos ou materiais que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Contratante ou para os empregados.

5.5.8. É vedada a cessão ou incorporação dos equipamentos ao patrimônio da Administração, permanecendo o bem como propriedade da contratada.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O contratado deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e descrição sumária:

5.6.1.1. Almoxarife CBO 4141-05: Recepcionam, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. Distribuem produtos e materiais a

serem expedidos. Organizam o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar, preservando o estoque limpo e organizado. Empacotam ou desempacotam os produtos, realiza expedição materiais e produtos, examinando-os, providenciando os despachos dos mesmos e auxiliam no processo de logística;

5.6.1.2. Operador de carga e descarga CBO 7832-10: Preparam cargas e descargas de mercadorias; movimentam e fixam mercadorias e cargas em navios, aeronaves, caminhões , vagões e instalações portuárias; entregam e coletam encomendas ; manuseiam cargas especiais; reparam embalagens danificadas e controlam a qualidade dos serviços prestados. Operam equipamentos de carga e descarga; conectam tubulações às instalações de embarque de cargas. Realizam atividades de limpeza e conservação nos armazéns portuários e nos navios; estabelecem comunicação, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de mercadorias. Amarram e desamarram embarcações;

5.6.1.3. Supervisor de almoxarifado CBO 4102-05: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado e/ou estoque. Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho.

5.6.1.4. Operador de áudio e vídeo (manutenção) CBO 3741-10: Configuram, operam e monitoram sistemas de sonorização e gravação; editam, misturam, pré-masterizam e restauram registros sonoros de discos, fitas, vídeo, filmes, etc. Criam projetos de sistemas de sonorização e gravação. Preparam, instalam e desinstalam equipamentos de áudio e acessórios.

5.6.2. As Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) utilizadas para a formação de preços deverão relacionar-se, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, com as categorias detalhadas acima.

5.6.3. Para elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, os salários dos profissionais, bem como, dos demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT celebrada entre o sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores.

5.6.4. Para o cumprimento do exposto acima, foi adotado no cálculo do valor de referência dos postos de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado a Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RECURSOS HUMANOS E TRABALHO TEMPORÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, registrada no MTE sob o número MG001973/2025.

5.6.5. Para o posto de operador de áudio e vídeo (manutenção) foi adotado no cálculo do valor de referência a Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS TEATRAIS, EXIBIDORAS E DISTRIBUIDORAS CINEMATOGRAFICAS E DOS OPERAD. CINEMAT. E SIMILARES DO ESTADO DE MG, registrada no MTE sob o número MG001516/2025.

5.6.6. Requisitos profissionais gerais: Ensino Médio completo para o posto de trabalho de supervisor de almoxarifado; Ensino fundamental completo para os demais postos; Quitação com as obrigações eleitorais; Quitação com as obrigações do serviço militar (se do sexo masculino); Certidão dos setores de distribuição dos fatos criminais dos lugares que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual.

5.6.7. Requisitos profissionais específicos para o posto de operador de áudio e vídeo (manutenção): experiência comprovada em carteira de trabalho, na função ou similar, de no mínimo 6 (seis) meses ou comprovação de curso de formação e/ou capacitação específico na área.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes**

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.8.1.1. 03 (três) camisas ou camisetas de mangas curtas com emblema da empresa;

5.8.1.2. 03 (três) calças compridas na cor preta, com bolsos laterais e traseiros;

5.8.1.3. 03 (três) pares de meia de algodão;

5.8.1.4. 02 (duas) unidades de cinto com fivela na cor preta;

5.8.1.5. 01 (uma) unidade de jaqueta de frio;



5.8.1.6. 01 (um) crachá (plaqueta de identificação, autenticada pela empresa, constando o nome, o posto ocupado, nº de matrícula do funcionário na empresa Contratada, RG e fotografia colorida em tamanho 3x4 recente).

5.8.2. Deverão ser entregues conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 12 (doze) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.8.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.8.3.1. Bom acabamento;

5.8.3.2. Ajuste perfeito ao corpo do(a) colaborador(a);

5.8.3.3. Design formal e elegante;

5.8.3.4. Boa qualidade e resistência;

5.8.3.5. Não transparentes.

5.8.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.8.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.9. O Contratado deverá estabelecer ao preposto da empresa visitas sempre que necessário, realizando vistorias periódicas a cada 15 (quinze) dias no mínimo, e também à pedido dos fiscais/gestores, acompanhamento eventual da prestação do serviço nos locais da execução do objeto e a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.17.1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;

6.17.2. A fiscalização técnica, deverá solicitar e conferir, quando aplicável, a entrega dos materiais solicitados por meio do Instrumento de Solicitação de Materiais (ISM), além de acompanhar o uso adequado e racional dos materiais.

6.17.3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.17.4. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;

6.17.5. O preposto deverá assinar o documento, tomando ciência da avaliação realizada;

6.17.6. O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

6.17.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

6.17.8. É vedada a atribuição ao contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada;

6.17.9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

6.17.10. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133 /2021 (Instrução Normativa 05/2017 - art. 62);

6.17.11. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (Instrução Normativa 05/2017 - art. 47, §2).

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.20. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.21. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.22. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.23. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.24. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.25. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.26. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.27. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.28. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.28.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.28.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.28.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.28.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.29. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.29.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.29.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.29.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.29.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.31. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.31.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.31.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.32. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.33. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.1.4. declaração individual de vínculo familiar (Anexo VI) dos empregados da contratada que prestarão os serviços, em atendimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, a fim de assegurar que não haja prestadores de serviços que possuam vínculo familiar com agentes públicos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante.

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- 6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.58. As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

## **Gestor do Contrato**

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. O faturamento será mensal e será avaliada a prestação dos serviços durante o mês recorrente conforme os padrões e especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos;

7.4.2. Aprovação pela equipe de fiscalização dos serviços executados e documentos apresentados, considerando:

7.4.2.1. Atraso no pagamento de salários e outros benefícios;

7.4.2.2. O uso de epi's e uniformes;

7.4.2.3. Tempo de resposta às solicitações da Contratante;

7.4.2.4. Qualidade dos serviços prestados; e

7.4.2.5. Outras obrigações contratuais diversas.

7.5. Aos indicadores serão atribuídos pontos, conforme critérios apresentados no Anexo I.

7.5.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

7.6. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

7.7. O Fiscal do Contrato enviará ao Contratado, até o 5º dia útil de cada mês, relatório mensal de fiscalização dos serviços, que considerará a efetiva realização dos serviços contratados e eventuais irregularidades identificadas na execução dos serviços e frequência dos profissionais. O contratado deverá, a partir deste relatório, emitir a nota fiscal.

7.8. O Fiscal do Contrato poderá, a qualquer momento, solicitar ao Contratado relatórios relativos à execução contratual.

7.9. Como parâmetros para medição e verificação de resultados, a fiscalização de contrato deverá, mensalmente, verificar se os serviços estão sendo prestados de forma eficiente, consoante procedimento disposto neste Termo de Referência.

7.10. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, de acordo com os fatores de ajuste estabelecidos no Anexo I.

7.11. A reincidência de pontuação 0 (zero) em qualquer indicativo poderá motivar aplicação de multas.

7.12. A avaliação abaixo de 50 pontos por três vezes consecutivas ou intercaladas poderá motivar aplicação de sanções, a exemplo de multa e/ou a rescisão do Contrato.

### **Do recebimento**

7.13. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.14. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.15. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.16. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.17. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.18. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal (primeiro ao último dia do mês de competência).

7.19. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.19.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.19.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.20. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.21. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.26. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.26.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



- 7.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.26.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.26.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.26.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.30. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.31. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.32. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.33. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.34. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.35. A nota fiscal de prestador de serviço estabelecido fora do Município de Uberaba (SOMENTE PARA OS SERVIÇOS PRESTADOS NO MUNICÍPIO DE UBERABA) deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, do respectivo RANFS- Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço, cabendo à CONTRATANTE acessar o site do Município de Uberaba para conferir todos os dados registrados pelo prestador de serviço no RANFS com os dados da nota fiscal de origem, devendo aceitá-lo ou rejeitá-lo.

7.35.1. Caberá ao prestador de serviço, sediado fora deste Município, realizar o cadastro junto à Central Tributária – ISSQN, conforme orientações disponíveis no endereço eletrônico <https://www.ufm.edu.br/PROAD/estrutura/dof/divisao-de-financas>, cabendo ainda realizar as devidas correções quando o RANFS for rejeitado pela CONTRATANTE, submetendo a versão corrigida para nova aprovação.

7.36. O contratado deverá informar na nota fiscal os tributos que serão retidos, conforme o Anexo I, da Instrução Normativa RFB Nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e, se serviços prestados conforme a Instrução Normativa RFB Nº 2110, de 17 de outubro de 2022, a retenção previdenciária.

7.37. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.37.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.37.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.38. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.39. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.40. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.41. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.42. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.43. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.44. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA em todas as notas fiscais.

7.45. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.46. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.46.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.47. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Repactuação**

7.48. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.49. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.49.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.49.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.50. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.50.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.51. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.52. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.53. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.54. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.55. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.55.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.55.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.55.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.55.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.55.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.55.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.56. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.57. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.58. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.59. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.60. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.61. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.62. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.63. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.64. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.65. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.66. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.67. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.68. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.69. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.70. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.71. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.72. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.73. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.74. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.74.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Cessão de Crédito**

7.75. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.75.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.75.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.75.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.75.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.76. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador**

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.77. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.78. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.79. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.80. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.81. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.82. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.82.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.82.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.82.3. Multa sobre o FGTS; e

7.82.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.83. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.84. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.85. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.86. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.87. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.88. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.89. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.90. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, a depender do impacto causado à Administração, nos casos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

8.2.4.4. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato, nos casos de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência, para contrato com dedicação exclusiva de mão de obra.

8.2.4.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15 Os procedimentos de apuração e de aplicação das sanções no âmbito da UFTM são disciplinados conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA REITORIA/UFTM Nº 25, DE 3 DE ABRIL DE 2025 de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade da UFTM, e na legislação vigente, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

#### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. Declaração de Vínculo Familiar de Sócios, Dirigentes e Administradores da Pessoa Jurídica (Anexo VII), em atendimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, na qual a empresa deverá atestar que seus sócio(s), dirigente(s), administradores e demais integrantes de seu quadro técnico ou societário não mantêm vínculo funcional com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), nem vínculo familiar, até o terceiro grau, com servidores que atuem em atividades relacionadas à contratação, como área demandante, planejamento, gestão e fiscalização da contratação pretendida.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

9.27. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo III deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

- 9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (Anexo IV).

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município onde será prestado o serviço ou em um raio de até 100 km de distância do município, caso o contrato abranja 10 (dez) ou mais postos de trabalho, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato (Anexo V).

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.431.401,83 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil e quatrocentos e um reais e oitenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

#### **Campus Uberaba**

I) Gestão/unidade: 153035/15242;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 12.364.5113.20RK.0031;

IV) Elemento de despesa: 37 - Locação de mão-de-obra; e

V) Plano interno: MCONTN01RKN.

## **Campus Iturama**

I) Gestão/unidade: 153035/15242;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 12.364.5113.20RK.0031;

IV) Elemento de despesa: 37 - Locação de mão-de-obra; e

V) Plano interno: MCONTN01TRN.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. OBRIGAÇÕES**

### **Obrigações da Contratante**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12.4. Pagar ao CONTRATADO o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do CONTRATADO, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN nº 5 de 2017.

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados do CONTRATADO, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

12.6.3. promover ou aceitar o desvio de função dos trabalhadores do CONTRATADO, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.6.4. considerar os trabalhadores do CONTRATADO como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

12.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **Obrigações do Contratado**

12.10. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.11. Promover, sempre que necessário e sem ônus adicional para a Administração, a capacitação, treinamento e reciclagem dos empregados designados para a execução dos serviços, de modo a assegurar a adequada execução das atividades contratadas, a correção de eventuais deficiências técnicas identificadas e a atualização dos colaboradores em relação a novos procedimentos, equipamentos ou tecnologias utilizados pela UFTM.

12.12. Corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao CONTRATADO, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

12.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

12.17. Comunicar imediatamente ou assim que possível ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer momento, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

12.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.22. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o CONTRATADO houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos I e II do Art. 103 § 5º; alínea d, do inciso II do Art. 124 e Art. 130 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

12.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.30. Apresentar os funcionários devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e de proteção coletiva – EPC, quando for o caso.

12.31. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos funcionários alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

12.32. Manter as áreas de serviço devidamente limpas e em ordem durante o andamento dos serviços. Uma vez finalizados os serviços, remover as sobras de materiais e resíduos para o local próprio.

12.33. Cumprir os prazos estipulados pelo fiscal do Contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, o CONTRATADO deverá formalizar imediata comunicação a CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo fiscal do Contrato.

12.34. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

12.35. O responsável técnico indicado pelo CONTRATADO deverá coordenar e gerenciar os serviços, com as seguintes responsabilidades:

12.35.1. Supervisionar, coordenar, orientar tecnicamente, além de vistoriar, avaliar, emitir laudo e parecer técnico e fiscalizar os serviços técnicos de responsabilidade do CONTRATADO;

12.35.2. Reportar-se sempre ao fiscal do contrato designado;

12.35.3. Instruir e cuidar para que os funcionários do CONTRATADO mantenham a ordem, a disciplina e o respeito junto a todas as pessoas do CONTRATANTE;

12.35.4. Fornecer continuamente instruções e orientações aos funcionários, visando ao pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança; e

12.35.5. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, deverá comunicar imediatamente o novo número ao fiscal do contrato.

12.36. Os funcionários do CONTRATADO nunca deverão entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores, prestadores de serviço, alunos ou visitantes, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com o fiscal do contrato.

12.37. O CONTRATADO deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, no que couber.

## 13. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

13.1. De acordo com o Art. 90 da Lei nº 14.133/21, a UFTM adotará nesta contratação o seguinte instrumento:

13.1.1 (x) Termo de contrato, conforme minuta anexa ao edital, com vigência de 12 meses, contada de data a ser estabelecida pela área demandante, após a publicação do extrato do contrato no D.O.U, cuja fiscalização será exercida por servidores dos setores solicitantes, cuja relação está anexa.

13.1.2 ( ) Nota de empenho ou autorização de fornecimento, quando da disponibilidade de recursos financeiros e da necessidade da UFTM, conforme quantidades indicadas no referido instrumento de contratação, durante a vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços.

13.2. As contratações deverão ser efetivadas durante o prazo do Contrato.

## 14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MICKAEL GARCIA LEMOS RAMOS**

Equipe de Planejamento

**GUILHERME MARCELINO DE LIMA**

Equipe de Planejamento

**ALINE MARCAL SILVA**

Equipe de Planejamento

**JOAO NUNES LEAL NETO**

Equipe de Planejamento

**CHRISTIANO BOVE BATISTA**

Equipe de Planejamento

**DIOMEDES BORGES DA SILVA JUNIOR**

Equipe de Planejamento

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IMR.pdf (432.45 KB)
- Anexo II - ISM.pdf (1.21 MB)
- Anexo III - DECLARACAO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRACAO PUBLICA.pdf (144.71 KB)
- Anexo IV - DECLARACAO DE CONHECIMENTO.pdf (31.57 KB)
- Anexo V - DECLARACAO DE ESCRITORIO.pdf (32.07 KB)
- Anexo VI - DECLARACAO INDIVIDUAL DE VINCULO FAMILIAR.pdf (41.33 KB)
- Anexo VII - DECLARACAO DE VINCULO FAMILIAR - SOCIOS, DIRIGENTES, ADMINISTRADORES.pdf (39.09 KB)
- Anexo VIII - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMACAO DE PRECOS.pdf (4.46 MB)



**ANEXO I**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

1. Os quadros abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo referentes à avaliação da execução do objeto:

<b>INDICADOR 1: ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de salários e outros benefícios.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato através do livro de registros.
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de cálculo	Identificação de ocorrência de atraso no mês de referência.
Início da vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	I) Sem ocorrências = 30 Pontos; II) Uma ou mais ocorrências de atraso = 0 Pontos.
Sanções	Conforme contrato

<b>INDICADOR 2: USO DOS EPI's E UNIFORMES</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à Segurança do Trabalho, fornecimento e uso de epi's e de uniformes.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pelo Fiscal de Contrato através do Livro de registros.

Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início da vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	I) Sem Ocorrências = 10 Pontos II) 01 Ocorrência = 08 Pontos III) 02 Ocorrências = 06 Pontos IV) 03 Ocorrências = 04 Pontos V) 04 Ocorrências = 02 Pontos VI) 05 ou mais Ocorrências = 0 Pontos.
Sanções	Conforme contrato

<b>INDICADOR 3: TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações efetuadas pela Administração.
Meta a cumprir	Até dia útil posterior à solicitação ou conforme prazo estipulado pelo fiscal.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pelo Fiscal de Contrato através do Livro de Registros.
Periodicidade	Por evento/solicitação à Contratante/preposto.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta.
Início da vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	I) Sem atrasos = 10 pontos II) 01 resposta com atraso = 08 Pontos III) 02 respostas com atraso = 06 Pontos IV) 03 respostas com atraso = 04 Pontos V) 04 respostas com atraso = 02 Pontos VI) 05 ou mais com atraso = 00 Pontos
Sanções	Conforme contrato

Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante conforme prazo estabelecido na notificação ou conforme estabelecido em edital, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.
-------------	--

<b>INDICADOR 4: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir o nível global na prestação dos serviços.
Meta a cumprir	Entregar todos os serviços com a qualidade técnica esperada, primando pela excelência do serviço e com garantia da execução das demandas com segurança.
Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação por meio de formulário.
Forma de acompanhamento	Aplicação mensal de pesquisa de satisfação (por amostragem).
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados.
Início da vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 30 Pontos, conforme resultados da pesquisa.
Sanções	Conforme contrato
Observações	Quesitos avaliados na pesquisa encontram-se no formulário apresentado no item 2 deste Anexo.

<b>INDICADOR 5: OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DIVERSAS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Mensurar ocorrências de inadimplemento de obrigações contratuais diversas.
Meta a cumprir	Cumprir obrigações contratuais.
Instrumento de	Constatação formal de ocorrências.

medição	
Forma de acompanhamento	Pelo Fiscal do Contrato através do Livro de Registros.
Periodicidade	Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências de inadimplemento de obrigações contratuais diversas.
Início da vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	I) Sem ocorrências = 20 pontos II) 01 ocorrência = 15 Pontos III) 02 ocorrências = 10 Pontos IV) 03 ocorrências = 05 Pontos V) 04 ou mais ocorrências = 00 Pontos
Sanções	Conforme contrato
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto ao cumprimento das obrigações contratuais não especificadas nos indicadores 1, 2, 3 e 4, assim como, treinamentos aplicados, funcionários em nível de escolaridade adequados, substituição de funcionários faltosos, dentre outras obrigações contratuais.

2. O quadro abaixo apresenta a Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados, que deverá ser utilizada para aferir os resultados do Indicador 4.

Órgão/Unidade:					
Nº Contrato:					
Fiscal (is) do Contrato:					
Mês de Referência:					
Legenda do Grau de Satisfação: O = Ótimo; B = Bom; R = Regular; I = Insatisfatório; N = Não se aplica/Não sei responder					
Serviços/Procedimentos/Especificações	O	B	R	I	N
I – Rotina por intervenção (A pedido da administração)					
- Prontidão e Proatividade na Prestação do Serviço					
- Realização das tarefas programadas/solicitadas					

- Disponibilidade de horário					
- Tratamento ao público com zelo e urbanidade					
- Demonstração de técnica do profissional					
II – Rotina semanal (01 vez por semana, no mínimo)					
- Conservação e zelo com os equipamentos					
- Organização do ambiente de trabalho e equipamentos utilizados					
II – Rotinas Gerais (verificação diária)					
- Funcionário: Uniformes					
- Funcionário: Pontualidade					
- Equipamentos e Materiais - Qualidade					
- Equipamentos e Materiais - Quantidade					
- Preposto - Atendimento as solicitações					
- Funcionário: Pontualidade					
Comentário ou observação para melhorar a qualidade dos serviços prestados:					
A – Número de quesitos pontuados por grau de satisfação (O B R I).	O	B	R	I	
B – Total de quesitos avaliados (excluindo-se os N – Não se aplica / Não sei responder).					
C – Índice de Avaliação por quesito (O B R I) - dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O,B,R,I), pelo total de quesitos avaliados. $[A/B]$	O	B	R	I	
D – Pontuação Total - Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus de satisfação (Ótimo e Bom), multiplicados pela pontuação limite 30. $[(O+B) \times 30]$ .					

3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade de serviço	Pagamento devido	Fator de ajuste do instrumento de medição de resultado
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto	0,50
<p>Valor devido na fatura mensal = (Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço).</p> <p>Em caso de reincidência de pontuação (0) zero em qualquer indicativo: multa de 0,3% sobre o total da Nota Fiscal mensal + faixa de ajuste pertinente.</p>		

4. O quadro abaixo apresenta a Planilha de Avaliação dos Serviços, que servirá de checklist para o fiscal do Contrato:

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1) Atraso no Pagamento de salários e outros benefícios	Sem ocorrências	30 Pontos	
	Uma ou mais ocorrências	00 Pontos	
2) Uso dos EPI's e Uniformes	Sem Ocorrências	10 Pontos	
	01 Ocorrência	08 Pontos	
	02 Ocorrências	06 Pontos	
	03 Ocorrências	04 Pontos	
	04 Ocorrências	02 Pontos	
	05 ou mais Ocorrências	00 Pontos	
3) Tempo de Resposta às Solicitações da Contratante	Sem atrasos	10 pontos	
	01 resposta com atraso	08 Pontos	
	02 respostas com atraso	06 Pontos	
	03 respostas com atraso	04 Pontos	
	04 respostas com atraso	02 Pontos	
	05 ou mais com atraso	00 Pontos	
4) Qualidade dos Serviços Prestados	De 0 a 30 Pontos, conforme resultados da pesquisa	00 a 30 Pontos	

5) Outras obrigações contratuais diversas	Sem ocorrências	20 pontos	
	01 ocorrência	15 Pontos	
	02 ocorrências	10 Pontos	
	03 ocorrências	05 Pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 Pontos	

[illegible]

Conferência:



**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA  
PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, tem contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública, sendo que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Segue abaixo a relação de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço Completo da CONTRATANTE	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS			

Local, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável)

Nome ou carimbo

Cargo ou carimbo

Nº da cédula de identidade e órgão emitente

**OBSERVAÇÃO:**

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULAS EXEMPLIFICATIVAS PARA FINS DE ATENDIMENTO AOS DISPOSTOS NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2017:

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}^*} > 1$$

**OBSERVAÇÃO:**

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: \*considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita}} =$$

## **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

[Nome da Empresa], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede à [endereço completo da empresa], neste ato representada por seu [cargo do representante], Sr(a). [Nome do representante], portador(a) do CPF n.º [CPF do representante], declara ter pleno conhecimento e concordar com as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, bem como se compromete a cumprir integralmente os requisitos de habilitação definidos no referido documento. Além disso, assume total responsabilidade por tais condições e declara que não utilizará este documento para quaisquer questionamentos futuros que possam gerar avenças técnicas ou financeiras com a UFTM.

Local, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável)

Nome ou carimbo

Cargo ou carimbo

## ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ESCRITÓRIO

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

[Nome da Empresa], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede à [endereço completo da empresa], neste ato representada por seu [cargo do representante], Sr(a). [Nome do representante], portador(a) do CPF n.º [CPF do representante], declara, para os devidos fins, que:

A empresa \_\_\_\_\_ possui ou compromete-se a instalar escritório no local previamente definido pela Administração para a prestação dos serviços objeto do presente processo licitatório, ou em um raio máximo de até 100 (cem) quilômetros do município.

O cumprimento desta obrigação será comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato, mediante apresentação de documentação hábil que ateste a instalação e a regularidade do referido escritório.

A empresa se compromete a manter o referido escritório durante toda a vigência do contrato, conforme as exigências do Edital e seus anexos.

Local, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável)

Nome ou carimbo

Cargo ou carimbo

## ANEXO VI - DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE VÍNCULO FAMILIAR

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, indicado para exercer o cargo \_\_\_\_\_ pela empresa \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, que:

( ) **NÃO POSSUO** vínculo familiar de cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, com o(a) Reitor(a), o(a) Vice-Reitor(a) ou servidor(a) ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); ou

( ) **POSSUO** vínculo familiar de cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, com o(a) Reitor(a), o(a) Vice-Reitor(a) ou servidor(a) ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). (*Informar dados abaixo*)

<u>Nome do(s) familiar(es)</u>	<u>Tipo de Parentesco</u>	<u>Cargo ou função que ocupa na UFTM</u>

DECLARO AINDA, TER CIÊNCIA DE QUE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

POR FIM, DECLARO QUE SÃO VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE DOCUMENTO, e que, em caso de alterações, devo apresentar nova declaração à Administração Pública, ciente de que a omissão ou não veracidade das

informações acarretará a aplicação das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive a instauração de processo criminal nos termos do art. 299 do Código Penal.

## **TABELAS ORIENTATIVAS DE VÍNCULO FAMILIAR**

### **Familiar em linha reta**

<u><i>Grau</i></u>	<u><i>Consanguinidade</i></u>	<u><i>Afinidade</i></u>
1º	Pai/Mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, madrastra/padrasto, enteado/enteada
2º	Avô/Avó, neto/neta	Avô/Avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro(a)
3º	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro(a)

### **Familiar em linha colateral**

<u><i>Grau</i></u>	<u><i>Consanguinidade</i></u>	<u><i>Afinidade</i></u>
1º	-	-
2º	Irmão/irmã	Cunhado/Cunhada
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro(a)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Declarante)

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR DE  
SÓCIOS/DIRIGENTES/ADMINISTRADORES DE PESSOA JURÍDICA**

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

A/O \_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, em observância ao art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, que seus sócio(s), dirigente(s), administradores, bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário não é(são) servidor(es) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com:

- a) Servidores, inclusive detentores de cargos comissionados ou de confiança, que atuem com a gestão e/ou fiscalização de contratos;
- b) Servidores, inclusive detentores de cargos comissionados ou de confiança, que atuem na área demandante ou de planejamento do objeto da contratação;
- c) Servidores detentores de cargos comissionados ou de comissão que tenham alçada decisória relacionada a processos de contratações; e
- d) Autoridade máxima da UFTM e seu(s) substituto(s).

Declara ainda que são verdadeiras todas as informações prestadas neste documento, e que, em caso de alterações, deve apresentar nova declaração à Administração Pública, ciente de que a omissão ou não veracidade das informações acarretará a aplicação das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive a instauração de processo criminal nos termos do art. 299 do Código Penal.

**TABELAS ORIENTATIVAS DE VÍNCULO FAMILIAR**

**Familiar em linha reta**

<u>Grau</u>	<u>Consanguinidade</u>	<u>Afinidade</u>
1º	Pai/Mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, madrastra/padrasto, enteado/enteada
2º	Avô/Avó, neto/neta	Avô/Avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro(a)

3º	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro(a)
----	--------------------------------	--

**Familiar em linha colateral**

<u>Grau</u>	<u>Consanguinidade</u>	<u>Afinidade</u>
1º	-	-
2º	Irmão/irmã	Cunhado/Cunhada
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro(a)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável)

Nome ou carimbo

Cargo ou carimbo



**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017**  
**PROPOSTA DE PREÇO**

**UFTM – Campus Uberaba**  
**PROCESSO: 23085.008757/2025-11, PREGÃO Nº XX/20XX**

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX - Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX - CEP XXXXXXXXXXXXXXXX - Fone (XX) XXXXXXXX, em XXXXXXXX declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, e que concorda integralmente com os termos do Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos e vem apresentar a Vossa Senhoria sua PROPOSTA DE PREÇOS, na qual se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, e nos valores abaixo:

CARGO	Nº de Postos	Nº de Trabalhador	Custo POSTO (R\$)	Custo Mês (R\$)	Custo 12 Mês (R\$)
ALMOXARIFE	8	8	R\$ 5.589,51	R\$ 44.716,08	R\$ 536.592,91
OPERADOR DE CARGA E DESCARGA	4	4	R\$ 5.348,10	R\$ 21.392,41	R\$ 256.708,95
SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO	1	1	R\$ 6.795,73	R\$ 6.795,73	R\$ 81.548,78
<b>TOTAL MENSAL</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>R\$ 17.733,34</b>	<b>R\$ 72.904,22</b>	<b>R\$ 874.850,64</b>

Valor Global referente a 12 meses conforme Edital.

Reservado para assinatura do responsável perante o CNPJ

Nome do Representante perante o CNPJ

Nome da Empresa / nº do CNPJ ou carimbo padrão do CNPJ

Uberaba/MG, xxx de xxxxxx de 20XX

**SE HOUVER NECESSIDADE A EMPRESA PODERÁ INCLUIR LINHAS PARA ESPECIFICAR DETALHADAMENTE OS CUSTOS DESDE QUE NÃO DESCONFIGURE A PLANILHA EM SUA ESSÊNCIA. Custos obrigatórios previstos na CCT que não forem cotados no módulo benefícios, não desobrigará a contratada da obrigação. A licitante arcará com os custos a partir de seus custos indiretos e lucros.**  
**NÃO RECOMENDAMOS A INCLUSÃO DE COLUNAS.**  
**UTILIZAR OS PERCENTUAIS ATUAIS DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES PARA CÔMPUTO DA PCFP.**

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Pregão Eletrônico nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Uberaba - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001973/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	Posto - 40 horas	8
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4141-05
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (200 horas)	R\$ 2.067,24
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Almoxarife
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/4/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	2.067,24
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		2.067,24
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	172,27
B	Férias	9,075%	187,60
C	Adicional de Férias	3,025%	62,53
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	422,40
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	497,93
B	Salário Educação	2,50%	62,24
C	SAT	3,00%	74,69
D	SESC ou Sesi	1,50%	37,34
E	SENAI - SENAC	1,00%	24,90
F	SEBRAE	0,60%	14,94
G	INCRA	0,20%	4,98
H	FGTS	8,00%	199,17
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	916,19
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte [(21 * 2 * 5,5) – (6% * salário base)]		106,97
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 10ª da CCT/2025 R\$ 29 * 21 * 80%)		487,20
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de vida e funeral (Cláusula 13ª da CCT/2024)		4,01
E	Outros		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			598,18
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
Nota 3: DECRETO Nº 410, DE 13 DE MARÇO DE 2025: Reajusta Tarifas do Serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Uberaba e dá outras providências.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		422,40
B	GPS, FGTS e outras contribuições		916,19
C	Benefícios Mensais e Diários		598,18
TOTAL DO MÓDULO 2			1.936,77
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,61
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,69
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	71,73
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	40,20
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	14,79
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,96
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	146,98

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	34,52
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,41
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,62
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,24
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	36,80
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada			
4.2	Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			0,00
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
A	Substituto nas Ausências Legais		36,80
B	Substituto na Intra jornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			36,80
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes		58,38
B	Materiais (EPI's)		10,87
C	Equipamentos		12,09
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5			81,34
Nota 1: Valores mensais por empregado.			

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>			
<b>A</b>	Custos Indiretos	6,00%	256,15			
<b>B</b>	Lucro	6,79%	379,53			
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>					
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	92,23			
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	424,80			
<b>C.3</b>	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Uberaba-MG	3,00%	167,69			
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>		<b>25,04%</b>	<b>1.320,39</b>			
<b>Nota 1:</b> Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
<b>Nota 2:</b> O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
<b>2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>						
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>			<b>VALOR (R\$)</b>			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		2.067,24			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.936,77			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		146,98			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		36,80			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		81,34			
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>			<b>4.269,12</b>			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.320,39			
<b>Valor Total por Empregado</b>			<b>5.589,51</b>			
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS</b>						
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Serviço (F) = (D x E)
1	Almoxarife	R\$ 5.589,51	1	R\$ 5.589,51	8	R\$ 44.716,08
<b>Valor Mensal dos Serviços</b>						<b>R\$ 44.716,08</b>
<b>Valor Anual do Contrato</b>						<b>R\$ 536.592,91</b>
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>DECLARAÇÃO:</b> Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos						
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ						
<b>CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)</b> ~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. ~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90. ~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86. ~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70. ~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82. ~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF. ~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99. ~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90. ~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT. Equivale a 1/3 do salário = <b>3,025%</b> conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018. ~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65. Equivale a 1/12 da remuneração. $[(1 / 12) \times 100] = [0,0833 \times 100] = \mathbf{8,33\%}$						
<b>OBSERVAÇÃO 1:</b> Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta. <b>OBSERVAÇÃO 2:</b> O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada. <b>OBSERVAÇÃO 3:</b> De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).						
<b>Tributos</b>	FATOR K (coeficiente)	80,96%				
	Base de calculo	R\$ 4.525,27				
<b>Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)</b>						
	<b>Item</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>			
A	13º salário	8,33%	172,20			
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	250,14			
C	Adicional do FGTS	4,00%	82,69			
	<b>Subtotal</b>	<b>24,43%</b>	<b>505,03</b>			
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	161,66			
	<b>Total</b>	<b>32,25%</b>	<b>666,68</b>			

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Pregão Eletrônico nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Uberaba - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001973/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	Posto - 40 horas	4
Apoio Administrativo		
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7832-10
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (200 horas)	R\$ 1.947,40
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de Carga e Descarga
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/4/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	1.947,40
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		1.947,40
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	162,28
B	Férias	9,075%	176,73
C	Adicional de Férias	3,025%	58,91
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	397,92
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	469,06
B	Salário Educação	2,50%	58,63
C	SAT	3,00%	70,36
D	SESC ou Sesi	1,50%	35,18
E	SENAI - SENAC	1,00%	23,45
F	SEBRAE	0,60%	14,07
G	INCRA	0,20%	4,69
H	FGTS	8,00%	187,63
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	863,07
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte [(21 * 2 * 5,5) – (6% * salário base)]		114,16
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 10ª da CCT/2025 R\$ 29 * 21 * 80%)		487,20
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de vida e funeral (Cláusula 13ª da CCT/2024)		4,01
E	Outros		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			605,37
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
Nota 3: DECRETO Nº 410, DE 13 DE MARÇO DE 2025: Reajusta Tarifas do Serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Uberaba e dá outras providências.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		397,92
B	GPS, FGTS e outras contribuições		863,07
C	Benefícios Mensais e Diários		605,37
TOTAL DO MÓDULO 2			1.866,36
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,11
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,65
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	67,57
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	37,87
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	13,93
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,32
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	138,45

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	32,52
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,39
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,58
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,17
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	34,66
Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada			
4.2	Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			0,00
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
A	Substituto nas Ausências Legais		34,66
B	Substituto na Intraornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			34,66
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes		58,38
B	Materiais (EPI's)		15,30
C	Equipamentos		24,19
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5			97,87
Nota 1: Valores mensais por empregado.			



MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	VALOR (R\$)			
A	Custos Indiretos	6,00%	245,08			
B	Lucro	6,79%	363,14			
C	TRIBUTOS					
C.1	PIS	1,65%	88,24			
C.2	COFINS	7,60%	406,46			
C.3	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Uberaba-MG	3,00%	160,44			
TOTAL DO MÓDULO 6		25,04%	1.263,36			
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		1.947,40			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.866,36			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		138,45			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		34,66			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		97,87			
Subtotal (A + B + C + D + E)			4.084,74			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.263,36			
Valor Total por Empregado			5.348,10			
Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)						
QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS						
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Servço (F) = (D x E)
1	Operador de Carga e Descarga	R\$ 5.348,10	1	R\$ 5.348,10	4	R\$ 21.392,41
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 21.392,41
Valor Anual do Contrato						R\$ 256.708,95
Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)						
DECLARAÇÃO: Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos						
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ						
CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)						
~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.						
~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90.						
~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86.						
~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.						
~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.						
~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.						
~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99.						
~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.						
~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT.						
Equivale a 1/3 do salário = 3,025% conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018.						
~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65.						
Equivale a 1/12 da remuneração. [( 1 / 12) x 100] = [0,0833 x 100] = 8,33%						
OBSERVAÇÃO 1: Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta.						
OBSERVAÇÃO 2: O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada.						
OBSERVAÇÃO 3: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).						
Tributos	FATOR K (coeficiente)	80,96%				
	Base de calculo	R\$ 4.329,82				
Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)						
Item			%	Valor		
A	13º salário		8,33%	162,22		
B	Férias/Abono de Férias		12,10%	235,64		
C	Adicional do FGTS		4,00%	77,90		
Subtotal			24,43%	475,75		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário		7,82%	152,29		
Total			32,25%	628,04		

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Pregão Eletrônico nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Uberaba - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001973/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	Posto - 40 horas	1
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4102-05
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (200 horas)	R\$ 2.625,78
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Supervisor de Almoxarifado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/4/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	2.625,78
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		2.625,78
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	218,82
B	Férias	9,075%	238,29
C	Adicional de Férias	3,025%	79,43
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	536,54
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	632,46
B	Salário Educação	2,50%	79,06
C	SAT	3,00%	94,87
D	SESC ou SESI	1,50%	47,43
E	SENAI - SENAC	1,00%	31,62
F	SEBRAE	0,60%	18,97
G	INCRA	0,20%	6,32
H	FGTS	8,00%	252,99
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	1.163,72
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte [(21 * 2 *5,5) – (6% * salário base)]		73,45
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 10ª da CCT/2025 R\$ 29 * 21 * 80%)		487,20
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de vida e funeral (Cláusula 13ª da CCT/2024)		4,01
E	Outros		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			564,66
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
Nota 3: DECRETO Nº 410, DE 13 DE MARÇO DE 2025: Reajusta Tarifas do Serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Uberaba e dá outras providências.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		536,54
B	GPS, FGTS e outras contribuições		1.163,72
C	Benefícios Mensais e Diários		564,66
TOTAL DO MÓDULO 2			2.264,92
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	10,94
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,88
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	91,11
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	51,06
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	18,79
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	13,92
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	186,70

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	43,85
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,53
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,79
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,58
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	46,74
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	Ausências Legais	VALOR (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00	
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	VALOR (R\$)	
A	Substituto nas Ausências Legais	46,74	
B	Substituto na Intrajornada	0,00	
TOTAL DO MÓDULO 4		46,74	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	VALOR (R\$)	
A	Uniformes	58,38	
B	Materiais (EPI's)	7,88	
C	Equipamentos		
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5		66,26	
Nota 1: Valores mensais por empregado.			

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	VALOR (R\$)			
A	Custos Indiretos	6,00%	311,42			
B	Lucro	6,79%	461,43			
C	TRIBUTOS					
C.1	PIS	1,65%	112,13			
C.2	COFINS	7,60%	516,48			
C.3	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Uberaba-MG	3,00%	203,87			
TOTAL DO MÓDULO 6		25,04%	1.605,33			
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		2.625,78			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		2.264,92			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		186,70			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		46,74			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		66,26			
Subtotal (A + B + C + D + E)			5.190,40			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.605,33			
Valor Total por Empregado			6.795,73			
Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)						
QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS						
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Serviço (F) = (D x E)
1	Supervisor de Almoxarife	R\$ 6.795,73	1	R\$ 6.795,73	1	R\$ 6.795,73
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 6.795,73
Valor Anual do Contrato						R\$ 81.548,78
Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)						
DECLARAÇÃO: Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos						
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ						
CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)						
~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.						
~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90.						
~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86.						
~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.						
~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.						
~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.						
~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99.						
~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.						
~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT.						
Equivale a 1/3 do salário = 3,025% conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018.						
~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65.						
Equivale a 1/12 da remuneração. [( 1 / 12 ) x 100] = [0,0833 x 100] = 8,33%						
OBSERVAÇÃO 1: Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta.						
OBSERVAÇÃO 2: O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada.						
OBSERVAÇÃO 3: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).						
Tributos	FATOR K (coeficiente)	80,96%				
	Base de calculo	R\$ 5.501,82				
Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)						
	Item	%	Valor			
A	13º salário	8,33%	218,73			
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	317,72			
C	Adicional do FGTS	4,00%	105,03			
	Subtotal	24,43%	641,48			
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	205,34			
	Total	32,25%	846,81			

ITENS DE UNIFORMES A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INICIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.

ALMOXARIFE, OPERADOR DE CARGA E DESCARGA E SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO (CAMPUS UBERABA)

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
ALMOXARIFE, OPERADOR DE CARGA E DESCARGA E SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO	1	Camisas ou camisetas de malha PV de mangas curtas com emblema da empresa;	Unidade	3	3	R\$ 16,90	R\$ 34,90	R\$ 28,00	26,60	79,80	6,65
	2	Calças compridas, brim pesado, na cor preta, com bolsos laterais e traseiros	Unidade	3	3	R\$ 79,80	R\$ 63,90	R\$ 47,90	63,87	191,61	15,97
	3	Meia branca, de algodão.	Par	3	3	R\$ 25,90	R\$ 19,90	R\$ 23,66	23,15	69,45	5,79
	4	Cinto com fivela na cor preta	Unidade	2	2	R\$ 73,00	R\$ 79,99	R\$ 48,90	67,30	134,60	11,22
	5	Jaqueta de frio NYLON	Unidade	1	1	R\$ 158,40	R\$ 199,99	R\$ 229,90	196,10	196,10	16,34
	6	Crachá (plaqueta de identificação do Almojarife, autenticada pela empresa, constando o nome, o posto ocupado, nº de matrícula do funcionário na empresa Contratada, RG e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 recente).	Unidade	1	1	R\$ 32,00	R\$ 25,00	R\$ 29,90	28,97	28,97	2,41
Nota: Uniformes a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.						TOTAL				700,53	58,38

**EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INÍCIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

**ALMOXARIFE (CAMPUS UBERABA)**

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
<b>ALMOXARIFE</b>	7	Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral;	Unid	2	2	R\$ 3,94	R\$ 3,60	R\$ 4,79	4,11	8,22	<b>0,69</b>
	8	Luva de segurança, material: vaqueta.	Par	2	2	R\$ 11,62	R\$ 13,60	R\$ 20,44	15,22	30,44	<b>2,54</b>
	9	Luvas de segurança pigmentadas	Par	2	2	R\$ 2,78	R\$ 2,65	R\$ 2,60	2,68	5,36	<b>0,45</b>
	10	Máscara de proteção tipo concha	Unid	2	2	R\$ 9,67	R\$ 8,54	R\$ 11,13	9,78	19,56	<b>1,63</b>
	11	Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço	Par	1	1	R\$ 68,69	R\$ 56,00	R\$ 75,81	66,83	66,83	<b>5,57</b>
<b>TOTAL</b>										<b>130,41</b>	<b>10,87</b>

**Nota:** EPIS a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. \*Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.

**OPERADOR DE CARGA E DESCARGA (CAMPUS UBERABA)**

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
<b>OPERADOR DE CARGA E DESCARGA</b>	7	Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral;	Unid	2	2	R\$ 3,94	R\$ 3,60	R\$ 4,79	4,11	8,22	<b>0,69</b>
	8	Luva de segurança, material: vaqueta.	Par	2	2	R\$ 11,62	R\$ 13,60	R\$ 20,44	15,22	30,44	<b>2,54</b>
	9	Luvas de segurança pigmentadas	Par	2	2	R\$ 2,78	R\$ 2,65	R\$ 2,60	2,68	5,36	<b>0,45</b>
	10	Máscara de proteção tipo concha	Unid	2	2	R\$ 9,67	R\$ 8,54	R\$ 11,13	9,78	19,56	<b>1,63</b>
	11	Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço	Par	1	1	R\$ 68,69	R\$ 56,00	R\$ 75,81	66,83	66,83	<b>5,57</b>
	12	Cinta elástica ergonômica, tipo lombar, em poliéster e com fechamento em velcro	Unid	1	1	R\$ 70,24	R\$ 43,00	R\$ 46,41	53,22	53,22	<b>4,44</b>
<b>TOTAL</b>										<b>183,63</b>	<b>15,30</b>

**Nota:** EPIS a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. \*Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.

## SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO (CAMPUS UBERABA)

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO	7	Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral;	Unid	2	2	R\$ 3,94	R\$ 3,60	R\$ 4,79	4,11	8,22	0,69
	10	Máscara de proteção tipo concha	Unid	2	2	R\$ 9,67	R\$ 8,54	R\$ 11,13	9,78	19,56	1,63
	11	Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço	Par	1	1	R\$ 68,69	R\$ 56,00	R\$ 75,81	66,83	66,83	5,57
Nota: EPIS a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.						TOTAL				94,61	7,88



MATERIAIS FORNECIDOS PELA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

ALMOXARIFE (CAMPUS UBERABA)												
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vida útil/ Meses	Quantidade Empregados	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	Depreciação (R\$)	Valor Mês/ Empregado (R\$)
13	Paleteira para transporte de carga, com elevação hidráulica, controle manual e capacidade de no mínimo 2000 kg	Un	4	60	8	R\$ 1.504,99	R\$ 1.349,10	R\$ 1.497,69	R\$ 1.450,59	R\$ 5.802,36	R\$ 77,36	R\$ 12,09
TOTAL											R\$	12,09

Nota: Depreciação de Materiais: Para o cálculo do insumo Depreciação de Materiais, adotou-se vida útil de 5 anos e valor residual de 20%, com base Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017 e com base em planilha de custos utilizada pelo TCU.

CUSTO MENSAL PARA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
POSTO	CUSTO MENSAL POR EMPREGADO
Almoxarife	12,09

OPERADOR DE CARGA E DESCARGA (CAMPUS UBERABA)												
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vida útil/ Meses	Quantidade Empregados	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	Depreciação (R\$)	Valor Mês/ Empregado (R\$)
14	Carrinho para transporte de carga, do tipo abastecimento multiuso e fechado lateralmente com tela/grade, com capacidade de no mínimo 300 kg	Un	4	60	4	R\$ 1.397,91	R\$ 1.367,10	R\$ 1.590,00	R\$ 1.451,67	R\$ 5.806,68	R\$ 77,42	R\$ 24,19
TOTAL											R\$	24,19

Nota: Depreciação de Materiais: Para o cálculo do insumo Depreciação de Materiais, adotou-se vida útil de 5 anos e valor residual de 20%, com base Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017 e com base em planilha de custos utilizada pelo TCU.

CUSTO MENSAL PARA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
POSTO	CUSTO MENSAL POR EMPREGADO
Operador de Carga e Descarga	24,19

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
1	8	Serviço/mês	14907	Almoxarife 40h - CBO 4141-05	44.716,08	536.592,91
2	4	Serviço/mês	14389	Operador de carga e descarga 40h - CBO 7832-10	21.392,41	256.708,95
3	1	Serviço/mês	25623	Supervisor de almoxarifado 40h - CBO 4102-05	6.795,73	81.548,78
TOTAL ESTIMADO						874.850,64

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017**  
**PROPOSTA DE PREÇO**

**UFTM – Campus Uberaba**  
**PROCESSO: 23085.008757/2025-11, PREGÃO Nº XX/20XX**

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX - Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX - CEP XXXXXXXXXXXXXXXX - Fone (XX) XXXXXXXX, em XXXXXXXX declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, e que concorda integralmente com os termos do Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos e vem apresentar a Vossa Senhoria sua PROPOSTA DE PREÇOS, na qual se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, e nos valores abaixo:

MÃO DE OBRA					
CARGO	Nº de Postos	Nº de Trabalhador	Custo POSTO (R\$)	Custo Mês (R\$)	Custo 12 Meses (R\$)
OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO (MANUTENÇÃO)	3	3	R\$ 5.392,23	R\$ 16.176,68	R\$ 194.120,17
OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO (MANUTENÇÃO) - COM HORA NOTURNA	2	2	R\$ 5.490,88	R\$ 10.981,76	R\$ 131.781,13
<b>TOTAL MENSAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>R\$ 10.883,11</b>	<b>R\$ 27.158,44</b>	<b>R\$ 325.901,30</b>

MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO FORNECIDOS SOB DEMANDA								
Custo Mensal dos Materiais para Manutenção (R\$)		Custo Indireto	Lucro	PIS	COFINS	ISS	Custo Mensal dos Materiais Após Custos Indiretos; Tributos e Lucro (R\$)	Custo Anual dos Materiais Após Custos Indiretos; Tributos e Lucro (R\$)
		6,00%	6,79%	1,65%	7,60%	3,00%		
Valor por Posto (R\$)	R\$ 379,06	R\$ 22,74	33,70	8,19	37,72	14,89	R\$ 496,30	R\$ 5.955,60
<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>R\$ 1.895,32</b>	<b>R\$ 113,72</b>	<b>R\$ 168,50</b>	<b>R\$ 40,95</b>	<b>R\$ 188,60</b>	<b>R\$ 74,45</b>	<b>R\$ 2.481,52</b>	<b>R\$ 29.778,24</b>

CUSTO CONSOLIDADO (MÃO DE OBRA+MATERIAIS)					
CARGO	Nº de postos	Custo mão de obra(R\$)	Custo Materiais (R\$)	Custo Total (Mês)	Custo Total (12 Meses)
OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO (MANUTENÇÃO)	3	R\$ 16.176,68	R\$ 1.488,91	R\$ 17.665,59	R\$ 211.987,09
OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO (MANUTENÇÃO) - COM HORA NOTURNA	2	R\$ 10.981,76	R\$ 992,61	R\$ 11.974,37	R\$ 143.692,45
<b>CUSTO TOTAL</b>				<b>R\$ 29.639,96</b>	<b>R\$ 355.679,54</b>
Valor Global referente a 12 meses conforme Edital.					

Reservado para assinatura do responsável perante o CNPJ  
Nome do Representante perante o CNPJ  
Nome da Empresa / nº do CNPJ ou carimbo padrão do CNPJ

Uberaba/MG, xxx de xxxxxx de 20XX

**SE HOUVER NECESSIDADE A EMPRESA PODERÁ INCLUIR LINHAS PARA ESPECIFICAR DETALHADAMENTE OS CUSTOS DESDE QUE NÃO DESCONFIGURE A PLANILHA EM SUA ESSÊNCIA. Custos obrigatórios previstos na CCT que não forem cotados no módulo benefícios, não desobrigará a contratada da obrigação. A licitante arcará com os custos a partir de seus custos indiretos e lucros.**  
**NÃO RECOMENDAMOS A INCLUSÃO DE COLUNAS.**  
**UTILIZAR OS PERCENTUAIS ATUAIS DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES PARA CÔMPUTO DA PCFP.**

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Licitação Nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Uberaba - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001516/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	Posto - 44 horas	3
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3741-10
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (220 horas)	R\$ 1.988,75
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de áudio e vídeo (manutenção)
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	1.988,75
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno (estimado)	0,00
E	Adicional de Hora Extra	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		1.988,75
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	165,73
B	Férias	9,075%	180,48
C	Adicional de Férias	3,025%	60,16
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	406,37
<b>Nota 1:</b> Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
<b>Nota 2:</b> O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
<b>Nota 3:</b> Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	479,02
B	Salário Educação	2,50%	59,88
C	SAT	3,00%	71,85
D	SESC ou SESI	1,50%	35,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	23,95
F	SEBRAE	0,60%	14,37
G	INCRA	0,20%	4,79
H	FGTS	8,00%	191,61
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	881,40
<b>Nota 1:</b> Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
<b>Nota 2:</b> O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
<b>Nota 3:</b> Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte [(21 * 2 * 5,5) – (6% * salário base)]		111,68
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 12ª da CCT/2025 R\$ 28 * 21 * 80%)		470,40
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Seguro de vida e funeral		
E	Outros		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			582,08
<b>Nota 1:</b> O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
<b>Nota 2:</b> Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
<b>Nota 3:</b> DECRETO Nº 410, DE 13 DE MARÇO DE 2025: Reajusta Tarifas do Serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Uberaba e dá outras providências.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		406,37
B	GPS, FGTS e outras contribuições		881,40
C	Benefícios Mensais e Diários		582,08
TOTAL DO MÓDULO 2			1.869,85
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,29
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,66
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	69,01
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	38,67
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	14,23
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,54
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	141,40

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
<b>Nota 1:</b> Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositior/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	33,21
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,40
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,60
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,19
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	35,40
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada			
4.2	Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			0,00
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
A	Substituto nas Ausências Legais		35,40
B	Substituto na Intra jornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			35,40
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes		58,38
B	Materiais (EPI's)		8,25
C	Equipamentos (Ferramentas)		16,42
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5			83,05
<b>Nota 1:</b> Valores mensais por empregado.			

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO											
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	VALOR (R\$)								
A	Custos Indiretos	6,00%	247,11								
B	Lucro	6,79%	366,13								
C	TRIBUTOS										
C.1	PIS	1,65%	88,97								
C.2	COFINS	7,60%	409,81								
C.3	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Uberaba-MG	3,00%	161,77								
TOTAL DO MÓDULO 6		25,04%	1.273,79								
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.											
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.											
2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO											
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)								
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		1.988,75								
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.869,85								
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		141,40								
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		35,40								
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		83,05								
Subtotal (A + B + C + D + E)			4.118,44								
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.273,79								
Valor Total por Empregado			5.392,23								
Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)											
QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS											
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Servço (F) = (D x E)					
1	Operador de Áudio e Vídeo (Manutenção)	R\$ 5.392,23	1	R\$ 5.392,23	3	R\$ 16.176,68					
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 16.176,68					
Valor Anual do Contrato						R\$ 194.120,17					
Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)											
DECLARAÇÃO: Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos											
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ											
CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)											
<p>~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.</p> <p>~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90.</p> <p>~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86.</p> <p>~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.</p> <p>~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.</p> <p>~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.</p> <p>~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99.</p> <p>~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.</p> <p>~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT.</p> <p>Equivale a 1/3 do salário = <b>3,025%</b> conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018.</p> <p>~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65.</p> <p>Equivale a 1/12 da remuneração. [( 1 / 12) x 100] = [0,0833 x 100] = <b>8,33%</b></p>											
OBSERVAÇÃO 1: Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta.											
OBSERVAÇÃO 2: O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada.											
OBSERVAÇÃO 3: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).											
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Tributos</td> <td>FATOR K (coeficiente)</td> <td>80,96%</td> </tr> <tr> <td>Base de calculo</td> <td>R\$ 4.365,55</td> </tr> </table>							Tributos	FATOR K (coeficiente)	80,96%	Base de calculo	R\$ 4.365,55
Tributos	FATOR K (coeficiente)	80,96%									
	Base de calculo	R\$ 4.365,55									
Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)											
	Item	%	Valor								
A	13º salário	8,33%	165,66								
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	240,64								
C	Adicional do FGTS	4,00%	79,55								
	Subtotal	24,43%	485,85								
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	155,52								
	Total	32,25%	641,37								

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Licitação Nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Uberaba - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001516/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	Posto - 44 horas	2
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3741-10
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (220 horas)	R\$ 1.988,75
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de áudio e vídeo (manutenção) - Com Hora Noturna
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	1.988,75
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno (estimado) - (Cláusula 8ª da CCT/2025)	43,39
E	Adicional de Hora Extra	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		2.032,14
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		



MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	169,35
B	Férias	9,075%	184,42
C	Adicional de Férias	3,025%	61,47
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	415,24
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	489,48
B	Salário Educação	2,50%	61,18
C	SAT	3,00%	73,42
D	SESC ou Sesi	1,50%	36,71
E	SENAI - SENAC	1,00%	24,47
F	SEBRAE	0,60%	14,68
G	INCRA	0,20%	4,89
H	FGTS	8,00%	195,79
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	900,62
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte [(21 * 2 * 5,5) – (6% * salário base)]		111,68
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 12ª da CCT/2025 R\$ 28 * 21 * 80%)		470,40
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Seguro de vida e funeral		
E	Outros		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			582,08
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
Nota 3: DECRETO Nº 410, DE 13 DE MARÇO DE 2025: Reajusta Tarifas do Serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Uberaba e dá outras providências.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		415,24
B	GPS, FGTS e outras contribuições		900,62
C	Benefícios Mensais e Diários		582,08
TOTAL DO MÓDULO 2			1.897,94
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,47
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,68
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	70,52
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	39,51
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	14,54
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,77
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	144,49

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
<b>Nota 1:</b> Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	33,94
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,41
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,61
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,22
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	36,17
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			0,00
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
A	Substituto nas Ausências Legais		36,17
B	Substituto na Intrajornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			36,17
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes		58,38
B	Materiais (EPI's)		8,25
C	Equipamentos (Ferramentas)		16,42
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5			83,05
<b>Nota 1:</b> Valores mensais por empregado.			

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>			
<b>A</b>	Custos Indiretos	6,00%	251,63			
<b>B</b>	Lucro	6,79%	372,83			
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>					
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	90,60			
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	417,31			
<b>C.3</b>	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Uberaba-MG	3,00%	164,73			
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>		<b>25,04%</b>	<b>1.297,09</b>			
<b>Nota 1:</b> Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
<b>Nota 2:</b> O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
<b>2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>						
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>			<b>VALOR (R\$)</b>			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		2.032,14			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.897,94			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		144,49			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		36,17			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		83,05			
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>			<b>4.193,79</b>			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.297,09			
<b>Valor Total por Empregado</b>			<b>5.490,88</b>			
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS</b>						
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Serviço (F) = (D x E)
1	Operador de Áudio e Vídeo (Manutenção) - Com Hora Noturna	R\$ 5.490,88	1	R\$ 5.490,88	2	R\$ 10.981,76
<b>Valor Mensal dos Serviços</b>						<b>R\$ 10.981,76</b>
<b>Valor Anual do Contrato</b>						<b>R\$ 131.781,13</b>
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
DECLARAÇÃO: Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos						
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ						
<b>CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)</b> ~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. ~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei nº 8.036/90. ~~ SENAI ou SENAC. Decreto nº 2.318/86. ~~ INCRA. Lei nº 7.787/89 e DL nº 1.146/70. ~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82. ~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF. ~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99. ~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90. ~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT. Equivale a 1/3 do salário = <b>3,025%</b> conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018. ~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis nºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto nº 57.155/65. Equivale a 1/12 da remuneração. $[(1 / 12) \times 100] = [0,0833 \times 100] = \mathbf{8,33\%}$						
OBSERVAÇÃO 1: Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta.						
OBSERVAÇÃO 2: O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada.						
OBSERVAÇÃO 3: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).						
<b>Tributos</b>	<b>FATOR K (coeficiente)</b>	<b>80,96%</b>				
	<b>Base de calculo</b>	<b>R\$ 4.445,42</b>				
<b>Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)</b>						
	<b>Item</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>			
A	13º salário	8,33%	169,28			
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	245,89			
C	Adicional do FGTS	4,00%	81,29			
	<b>Subtotal</b>	<b>24,43%</b>	<b>496,45</b>			
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	158,91			
	<b>Total</b>	<b>32,25%</b>	<b>655,37</b>			

**ITENS DE UNIFORMES A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INICIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

**Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS UBERABA)**

<b>Categoria</b>	<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade no Início do Contrato</b>	<b>Quantidade Anual</b>	<b>Pesquisa de Preço 1 (R\$)</b>	<b>Pesquisa de Preço 2 (R\$)</b>	<b>Pesquisa de Preço 3 (R\$)</b>	<b>Valor Médio (R\$)</b>	<b>Total Anual (R\$)</b>	<b>Total (R\$) Mês/Empregado</b>
<b>Operador de Áudio e Vídeo</b>	1	Camisas ou camisetas <b>de malha PV</b> de mangas curtas com emblema da empresa;	Unidade	3	3	R\$ 16,90	R\$ 34,90	R\$ 28,00	26,60	79,80	<b>6,65</b>
	2	Calças compridas, <b>brim pesado</b> , na cor preta, com bolsos laterais e traseiros	Unidade	3	3	R\$ 79,80	R\$ 63,90	R\$ 47,90	63,87	191,61	<b>15,97</b>
	3	Meia <b>branca</b> , de algodão.	Par	3	3	R\$ 25,90	R\$ 19,90	R\$ 23,66	23,15	69,45	<b>5,79</b>
	4	Cinto com fivela na cor preta	Unidade	2	2	R\$ 73,00	R\$ 79,99	R\$ 48,90	67,30	134,60	<b>11,22</b>
	5	Jaqueta de frio <b>NYLON</b>	Unidade	1	1	R\$ 158,40	R\$ 199,99	R\$ 229,90	196,10	196,10	<b>16,34</b>
	6	Crachá (plaqueta de identificação do Almoхарife, autenticada pela empresa, constando o nome, o posto ocupado, nº de matrícula do funcionário na empresa Contratada, RG e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 recente).	Unidade	1	1	R\$ 32,00	R\$ 25,00	R\$ 29,90	28,97	28,97	<b>2,41</b>
<b>TOTAL</b>										<b>700,53</b>	<b>58,38</b>

**Nota:** Uniformes a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. \*Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INICIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.

Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS UBERABA)

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
Operador de Áudio e Vídeo	7	Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral;	Unid	2	2	R\$ 3,94	R\$ 3,60	R\$ 4,79	4,11	8,22	0,69
	15	Protetor auricular tipo plug, com atenuação mínima de 15 Db	Par	2	2	R\$ 1,46	R\$ 3,29	R\$ 1,75	2,17	4,34	0,36
	16	Luvas de proteção em material antiderrapante/nitrílico, para manuseio de cabos e equipamentos	Par	2	2	R\$ 7,90	R\$ 12,03	R\$ 9,49	9,81	19,62	1,64
	11	Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço	Par	1	1	R\$ 68,69	R\$ 56,00	R\$ 75,81	66,83	66,83	5,57
Nota: EPIS a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.						TOTAL				99,01	8,25

EQUIPAMENTOS FORNECIDOS PELA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS UBERABA)												
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vida útil/ Meses	Quantidade Empregados	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	Depreciação (R\$)	Valor Mês/ Empregado (R\$)
17	Escada extensível, material: alumínio, 2x10 degraus com altura máxima de 5 metros e capacidade máxima de 150 kg	Un	3	60	5	R\$ 599,00	R\$ 519,00	R\$ 549,00	R\$ 555,67	R\$ 1.667,01	R\$ 22,23	R\$ 5,56
18	Jogo de chave de fenda e Philips composto por 05 peças cada, sendo: 03 Chaves de fenda com medidas: 3 x 100 mm (1/8" x 4"), 4 x 150 mm (3/16" x 6") e 6 x 200 mm (1/4" x 8"); 02 chaves phillips com medidas: 4,5 x 100 mm (3/16" x 4") PH1, 6 x 150 mm (1/4" x 6") PH2 - Ref.: GEDORE-150-16052	Un	3	60	5	R\$ 50,14	R\$ 41,33	R\$ 48,50	R\$ 46,66	R\$ 139,98	R\$ 1,87	R\$ 0,47
19	Jogo de chaves combinadas com 12 peças cada, feitas em aço cromo-vanádio e com as seguintes medidas: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19 e 22mm - Ref.:MTX-154129;	Un	3	60	5	R\$ 87,99	R\$ 89,90	R\$ 102,99	R\$ 93,63	R\$ 280,89	R\$ 3,75	R\$ 0,94
20	Alicate de corte diagonal 6 polegadas - 160mm - Ref.: MTX-175209	Un	3	60	5	R\$ 17,58	R\$ 16,80	R\$ 16,76	R\$ 17,05	R\$ 51,15	R\$ 0,68	R\$ 0,17
21	Alicate de bico meia cana reto 6 polegadas - 160mm - Ref.: MTX-171649	Un	3	60	5	R\$ 17,95	R\$ 19,40	R\$ 17,37	R\$ 18,24	R\$ 54,72	R\$ 0,73	R\$ 0,18
22	Alicate tipo universal 8 polegadas - 200mm - Ref.: MTX-169069	Un	3	60	5	R\$ 25,41	R\$ 28,40	R\$ 21,99	R\$ 25,27	R\$ 75,81	R\$ 1,01	R\$ 0,25
23	Alicate crimpador para RJ45, RJ12 e RJ11 - Ref.: LITH-LT0001FM	Un	3	60	5	R\$ 42,90	R\$ 42,90	R\$ 60,21	R\$ 48,67	R\$ 146,01	R\$ 1,95	R\$ 0,49
24	Furadeira de impacto; potência mínima 710W; tensão 127V; mandril 1/4 polegada; velocidade variável; seletor de função; seletor de reverso; velocidade 0 - 2600 RPM; impactos por minuto 0 - 47600 IPM - Ref.: DEWALT-DWD502;	Un	3	60	5	R\$ 399,00	R\$ 426,52	R\$ 399,00	R\$ 408,17	R\$ 1.224,51	R\$ 16,33	R\$ 4,08
25	Jogo de brocas para metal com 7 brocas de medidas 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 10mm - Ref.: BOSCH-2607017508-000	Un	3	60	5	R\$ 65,10	R\$ 53,44	R\$ 95,90	R\$ 71,48	R\$ 214,44	R\$ 2,86	R\$ 0,71
26	Jogo de brocas para concreto com 7 brocas de medidas 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10mm -Ref.: IRWIN-891507	Un	3	60	5	R\$ 66,14	R\$ 69,65	R\$ 60,10	R\$ 65,30	R\$ 195,90	R\$ 2,61	R\$ 0,65
27	Trena de bolso 8 metros; 26mm de largura; fita graduada em milímetros e polegadas - Ref.: STARRETT-ST51-8ME	Un	3	60	5	R\$ 36,91	R\$ 37,82	R\$ 38,90	R\$ 37,88	R\$ 113,64	R\$ 1,52	R\$ 0,38
28	Ferro de solda; potência 50W; tensão 127V; temperatura máxima 510°C - Ref.: HIKARI-POWER60;	Un	3	60	5	R\$ 56,02	R\$ 50,49	R\$ 51,80	R\$ 52,77	R\$ 158,31	R\$ 2,11	R\$ 0,53
29	Multímetro; digital; medição de tensão alternada e contínua; medição de continuidade; medição de resistência - Ref.:MINIPA-ET1002	Un	3	60	5	R\$ 89,99	R\$ 94,75	R\$ 85,50	R\$ 90,08	R\$ 270,24	R\$ 3,60	R\$ 0,90
30	Bolsa para ferramentas; com forro duplo; impermeável; com compartimentos internos e externos; alça tiracolo; peso suportado 15KG - Ref.: FORTGPRO-FG8993	Un	3	60	5	R\$ 82,90	R\$ 133,20	R\$ 116,10	R\$ 110,73	R\$ 332,19	R\$ 4,43	R\$ 1,11

Nota: Depreciação de Materiais: Para o cálculo do insumo Depreciação de Materiais, adotou-se vida útil de 5 anos e valor residual de 20%, com base Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017 e com base em planilha de custos utilizada pelo TCU.

TOTAL R\$ 16,42

CUSTO MENSAL PARA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
POSTO	CUSTO MENSAL POR EMPREGADO
Operador de Áudio e Vídeo	16,42

MATERIAIS FORNECIDOS SOB DEMANDA PELA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS UBERABA)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade		Orçamentos			Valor Médio (R\$)	TOTAIS		Valor por Empregado (R\$)	
			Mensal	Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)		Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)	Quantidade Empregados	Valor Mês/ Empregado (R\$)
31	Cabo HDMI 2.0 4k 3 metros	Un	2,50	30	R\$ 49,90	R\$ 18,91	R\$ 25,14	R\$ 31,32	R\$ 78,30	R\$ 939,60	5	R\$ 15,66
32	Cabo HDMI 2.0 4k 5 metros	Un	2,50	30	R\$ 49,90	R\$ 21,76	R\$ 38,58	R\$ 36,75	R\$ 91,88	R\$ 1.102,56	5	R\$ 18,38
33	Cabo HDMI 2.0 4K 10 metros	Un	8,33	100	R\$ 99,90	R\$ 56,91	R\$ 88,62	R\$ 81,81	R\$ 681,75	R\$ 8.181,00	5	R\$ 136,35
34	Cabo HDMI 2.0 4K 15 metros	Un	4,17	50	R\$ 134,00	R\$ 117,71	R\$ 206,73	R\$ 152,81	R\$ 636,71	R\$ 7.640,52	5	R\$ 127,34
35	Extensor HDMI RJ45 ativo	Un	0,83	10	R\$ 33,37	R\$ 39,90	R\$ 35,10	R\$ 36,12	R\$ 30,10	R\$ 361,20	5	R\$ 6,02
36	Cabo P2 Stereo para P10 Stereo 1,5 metros	Un	1,25	15	R\$ 15,81	R\$ 5,80	R\$ 14,99	R\$ 12,20	R\$ 15,25	R\$ 183,00	5	R\$ 3,05
37	Conector metálico P10 mono	Un	4,17	50	R\$ 12,97	R\$ 7,99	R\$ 8,00	R\$ 9,65	R\$ 40,21	R\$ 482,52	5	R\$ 8,04
38	Conector metálico P10 stéreo	Un	4,17	50	R\$ 1,84	R\$ 3,90	R\$ 2,26	R\$ 2,67	R\$ 11,13	R\$ 133,56	5	R\$ 2,23
39	Conector metálico XLR macho	Un	4,17	50	R\$ 11,97	R\$ 10,06	R\$ 9,12	R\$ 10,38	R\$ 43,25	R\$ 519,00	5	R\$ 8,65
40	Conector metálico XLR fêmea	Un	4,17	50	R\$ 19,90	R\$ 17,00	R\$ 13,50	R\$ 16,80	R\$ 70,00	R\$ 840,00	5	R\$ 14,00
41	Conector SPEAKON 4 vias macho	Un	0,83	10	R\$ 13,68	R\$ 13,50	R\$ 10,33	R\$ 12,50	R\$ 10,42	R\$ 125,04	5	R\$ 2,08
42	Emenda SPEAKON 4 vias	Un	0,83	10	R\$ 14,40	R\$ 24,18	R\$ 15,00	R\$ 17,86	R\$ 14,88	R\$ 178,56	5	R\$ 2,98
43	Cabo microfone balanceado 2x0,30mm²	Metros	25,00	300	R\$ 4,99	R\$ 8,27	R\$ 5,40	R\$ 6,22	R\$ 155,50	R\$ 1.866,00	5	R\$ 31,10
44	Abraçadeira de Nylon 200mm x 2,5mm (100un)	PCT	1,25	15	R\$ 10,36	R\$ 14,00	R\$ 9,50	R\$ 11,29	R\$ 14,11	R\$ 169,32	5	R\$ 2,82
45	Parafuso M4 x 8mm	Un	8,33	100	R\$ 0,19	R\$ 0,18	R\$ 0,29	R\$ 0,22	R\$ 1,83	R\$ 21,96	5	R\$ 0,37
TOTAIS									R\$ 1.895,32	R\$ 22.743,84		R\$ 379,06

CUSTO MENSAL PARA MATERIAIS SOB DEMANDA	
POSTO	CUSTO MENSAL POR EMPREGADO
Operador de Áudio e Vídeo	379,06
Operador de Áudio e Vídeo c. hora noturna	379,06

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
4	3	Serviço/mês	3778	Operador de Áudio e Vídeo (manutenção) - 44h - CBO 3741-10 (COM MATERIAIS)	17.665,59	211.987,09
5	2	Serviço/mês	3778	Operador de Áudio e Vídeo (manutenção) Com Hora Noturna - 44h - CBO 3741-10 (COM MATERIAIS)	11.974,37	143.692,45
TOTAL ESTIMADO						355.679,54



**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017**  
**PROPOSTA DE PREÇO**

**UFTM – Campus Iturama**  
**PROCESSO: 23085.008757/2025-11, PREGÃO Nº XX/20XX**

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX - Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX - CEP XXXXXXXXXXXXXXXX - Fone (XX) XXXXXXXX, em XXXXXXXX declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, e que concorda integralmente com os termos do Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos e vem apresentar a Vossa Senhoria sua PROPOSTA DE PREÇOS, na qual se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, e nos valores abaixo:

CARGO	Nº de Postos	Nº de Trabalhador	Custo POSTO (R\$)	Custo Mês (R\$)	Custo 12 Mês (R\$)
ALMOXARIFE	1	1	R\$ 5.465,28	R\$ 5.465,28	R\$ 65.583,42
OPERADOR DE CARGA E DESCARGA	1	1	R\$ 5.198,64	R\$ 5.198,64	R\$ 62.383,63
<b>TOTAL MENSAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	R\$ 10.663,92	<b>R\$ 10.663,92</b>	<b>R\$ 127.967,04</b>

Valor Global referente a 12 meses conforme Edital.

Reservado para assinatura do responsável perante o CNPJ  
Nome do Representante perante o CNPJ  
Nome da Empresa / nº do CNPJ ou carimbo padrão do CNPJ

Uberaba/MG, xxx de xxxxxx de 20XX

**SE HOUVER NECESSIDADE A EMPRESA PODERÁ INCLUIR LINHAS PARA ESPECIFICAR DETALHADAMENTE OS CUSTOS DESDE QUE NÃO DESCONFIGURE A PLANILHA EM SUA ESSÊNCIA.** Custos obrigatórios previstos na CCT que não forem cotados no módulo benefícios, não desobrigará a contratada da obrigação. A licitante arcará com os custos a partir de seus custos indiretos e lucros.  
**NÃO RECOMENDAMOS A INCLUSÃO DE COLUNAS.**  
**UTILIZAR OS PERCENTUAIS ATUAIS DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES PARA CÔMPUTO DA PCFP.**

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Licitação Nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Iturama - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001973/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	Posto - 40 horas	1
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4141-05
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (200 horas)	R\$ 2.067,24
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Almoxarife
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/4/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	2.067,24
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		2.067,24
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	172,27
B	Férias	9,075%	187,60
C	Adicional de Férias	3,025%	62,53
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	422,40
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	497,93
B	Salário Educação	2,50%	62,24
C	SAT	3,00%	74,69
D	SESC ou Sesi	1,50%	37,34
E	SENAI - SENAC	1,00%	24,90
F	SEBRAE	0,60%	14,94
G	INCRA	0,20%	4,98
H	FGTS	8,00%	199,17
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	916,19
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 10ª da CCT/2025 R\$ 29 * 21 * 80%)		487,20
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Seguro de vida e funeral (Cláusula 13ª da CCT/2024)		4,01
E	Outros		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			491,21
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
Nota 3: Não se aplica o benefício do vale transporte, visto não haver transporte público em Iturama MG.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		422,40
B	GPS, FGTS e outras contribuições		916,19
C	Benefícios Mensais e Diários		491,21
TOTAL DO MÓDULO 2			1.829,80
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,61
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,69
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	71,73
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	40,20
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	14,79
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,96
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	146,98

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
<b>Nota 1:</b> Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	34,52
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,41
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,62
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,24
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	36,80
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			0,00
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
A	Substituto nas Ausências Legais		36,80
B	Substituto na Intrajornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			36,80
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes		58,38
B	Materiais (EPI's)		10,87
C	Equipamentos		24,18
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5			93,43
<b>Nota 1:</b> Valores mensais por empregado.			

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>			
<b>A</b>	Custos Indiretos	6,00%	250,45			
<b>B</b>	Lucro	6,79%	371,09			
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>					
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	90,18			
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	415,36			
<b>C.3</b>	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Iturama-MG	3,00%	163,96			
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>		<b>25,04%</b>	<b>1.291,05</b>			
<b>Nota 1:</b> Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
<b>Nota 2:</b> O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
<b>2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>						
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>			<b>VALOR (R\$)</b>			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		2.067,24			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.829,80			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		146,98			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		36,80			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		93,43			
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>			<b>4.174,24</b>			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.291,05			
<b>Valor Total por Empregado</b>			<b>5.465,28</b>			
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS</b>						
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Serviço (F) = (D x E)
1	Almoxarife	R\$ 5.465,28	1	R\$ 5.465,28	1	R\$ 5.465,28
<b>Valor Mensal dos Serviços</b>						<b>R\$ 5.465,28</b>
<b>Valor Anual do Contrato</b>						<b>R\$ 65.583,42</b>
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>DECLARAÇÃO:</b> Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos						
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ						
<b>CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)</b> ~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. ~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90. ~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86. ~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70. ~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82. ~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF. ~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99. ~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90. ~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT. Equivale a 1/3 do salário = <b>3,025%</b> conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018. ~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65. Equivale a 1/12 da remuneração. $[(1 / 12) \times 100] = [0,0833 \times 100] = \mathbf{8,33\%}$						
<b>OBSERVAÇÃO 1:</b> Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta. <b>OBSERVAÇÃO 2:</b> O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada. <b>OBSERVAÇÃO 3:</b> De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).						
<b>Tributos</b>	FATOR K (coeficiente)	80,96%				
	Base de calculo	R\$ 4.424,69				
<b>Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)</b>						
	<b>Item</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>			
A	13º salário	8,33%	172,20			
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	250,14			
C	Adicional do FGTS	4,00%	82,69			
	Subtotal	24,43%	505,03			
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	161,66			
	<b>Total</b>	<b>32,25%</b>	<b>666,68</b>			

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Licitação Nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Iturama - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001973/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo	Posto - 40 horas	1
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7832-10
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (200 horas)	R\$ 1.947,40
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de Carga e Descarga
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/4/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	1.947,40
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		1.947,40
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	162,28
B	Férias	9,075%	176,73
C	Adicional de Férias	3,025%	58,91
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	397,92
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	469,06
B	Salário Educação	2,50%	58,63
C	SAT	3,00%	70,36
D	SESC ou Sesi	1,50%	35,18
E	SENAI - SENAC	1,00%	23,45
F	SEBRAE	0,60%	14,07
G	INCRA	0,20%	4,69
H	FGTS	8,00%	187,63
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	863,07
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 10ª da CCT/2025 R\$ 29 * 21 * 80%)		487,20
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Seguro de vida e funeral (Cláusula 13ª da CCT/2024)		4,01
E	Outros		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			491,21
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
Nota 3: Não se aplica o benefício do vale transporte, visto não haver transporte público em Iturama MG.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		397,92
B	GPS, FGTS e outras contribuições		863,07
C	Benefícios Mensais e Diários		491,21
TOTAL DO MÓDULO 2			1.752,20
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,11
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,65
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	67,57
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	37,87
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	13,93
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,32
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	138,45

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	32,52
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,39
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,58
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,17
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	34,66
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada			
4.2	Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			0,00
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
A	Substituto nas Ausências Legais		34,66
B	Substituto na Intra jornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			34,66
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes		58,38
B	Materiais (EPI's)		15,30
C	Equipamentos		24,19
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5			97,87
Nota 1: Valores mensais por empregado.			



MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>			
<b>A</b>	Custos Indiretos	6,00%	238,24			
<b>B</b>	Lucro	6,79%	352,99			
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>					
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	85,78			
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	395,10			
<b>C.3</b>	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Iturama-MG	3,00%	155,96			
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>		<b>25,04%</b>	<b>1.228,06</b>			
<b>Nota 1:</b> Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
<b>Nota 2:</b> O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
<b>2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>						
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>			<b>VALOR (R\$)</b>			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		1.947,40			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.752,20			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		138,45			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		34,66			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		97,87			
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>			<b>3.970,58</b>			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.228,06			
<b>Valor Total por Empregado</b>			<b>5.198,64</b>			
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS</b>						
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Serviço (F) = (D x E)
1	Operador de Car	R\$ 5.198,64	1	R\$ 5.198,64	1	R\$ 5.198,64
<b>Valor Mensal dos Serviços</b>						<b>R\$ 5.198,64</b>
<b>Valor Anual do Contrato</b>						<b>R\$ 62.383,63</b>
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>DECLARAÇÃO:</b> Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos						
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ						
<b>CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)</b> ~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. ~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90. ~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86. ~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70. ~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82. ~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF. ~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99. ~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90. ~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT. Equivale a 1/3 do salário = <b>3,025%</b> conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018. ~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65. Equivale a 1/12 da remuneração. [( 1 / 12) x 100] = [0,0833 x 100] = <b>8,33%</b>						
<b>OBSERVAÇÃO 1:</b> Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta. <b>OBSERVAÇÃO 2:</b> O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada. <b>OBSERVAÇÃO 3:</b> De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).						
<b>Tributos</b>	FATOR K (coeficiente)	80,96%				
	Base de calculo	R\$ 4.208,82				
<b>Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)</b>						
	<b>Item</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>			
A	13º salário	8,33%	162,22			
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	235,64			
C	Adicional do FGTS	4,00%	77,90			
	Subtotal	24,43%	475,75			
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	152,29			
	<b>Total</b>	<b>32,25%</b>	<b>628,04</b>			

ITENS DE UNIFORMES A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INÍCIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.

ALMOXARIFE (CAMPUS ITURAMA)

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
ALMOXARIFE	1	Camisas ou camisas de malha PV de mangas curtas com emblema da empresa;	Unidade	3	3	R\$ 16,90	R\$ 34,90	R\$ 28,00	26,60	79,80	6,65
	2	Calças compridas, brim pesado, na cor preta, com bolsos laterais e traseiros	Unidade	3	3	R\$ 79,80	R\$ 63,90	R\$ 47,90	63,87	191,61	15,97
	3	Meia branca, de algodão.	Par	3	3	R\$ 25,90	R\$ 19,90	R\$ 23,66	23,15	69,45	5,79
	4	Cinto com fivela na cor preta	Unidade	2	2	R\$ 73,00	R\$ 79,99	R\$ 48,90	67,30	134,60	11,22
	5	Jaqueta de frio NYLON	Unidade	1	1	R\$ 158,40	R\$ 199,99	R\$ 229,90	196,10	196,10	16,34
	6	Crachá (plaqueta de identificação do Almojarife, autenticada pela empresa, constando o nome, o posto ocupado, nº de matrícula do funcionário na empresa Contratada, RG e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 recente).	Unidade	1	1	R\$ 32,00	R\$ 25,00	R\$ 29,90	28,97	28,97	2,41
Nota: Uniformes a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.						TOTAL				700,53	58,38

OPERADOR DE CARGA E DESCARGA (CAMPUS ITURAMA)

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
OPERADOR DE CARGA E DESCARGA	1	Camisas ou camisas de malha PV de mangas curtas com emblema da empresa;	Unidade	3	3	R\$ 16,90	R\$ 34,90	R\$ 28,00	26,60	79,80	6,65
	2	Calças compridas, brim pesado, na cor preta, com bolsos laterais e traseiros	Unidade	3	3	R\$ 79,80	R\$ 63,90	R\$ 47,90	63,87	191,61	15,97
	3	Meia branca, de algodão.	Par	3	3	R\$ 25,90	R\$ 19,90	R\$ 23,66	23,15	69,45	5,79
	4	Cinto com fivela na cor preta	Unidade	2	2	R\$ 73,00	R\$ 79,99	R\$ 48,90	67,30	134,60	11,22
	5	Jaqueta de frio NYLON	Unidade	1	1	R\$ 158,40	R\$ 199,99	R\$ 229,90	196,10	196,10	16,34
	6	Crachá (plaqueta de identificação do Almojarife, autenticada pela empresa, constando o nome, o posto ocupado, nº de matrícula do funcionário na empresa Contratada, RG e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 recente).	Unidade	1	1	R\$ 32,00	R\$ 25,00	R\$ 29,90	28,97	28,97	2,41
Nota: Uniformes a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.						TOTAL				700,53	58,38

**EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INÍCIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

**ALMOXARIFE (CAMPUS ITURAMA)**

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
<b>ALMOXARIFE</b>	7	Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral;	Unid	2	2	R\$ 3,94	R\$ 3,60	R\$ 4,79	4,11	8,22	<b>0,69</b>
	8	Luva de segurança, material: vaqueta.	Par	2	2	R\$ 11,62	R\$ 13,60	R\$ 20,44	15,22	30,44	<b>2,54</b>
	9	Luvas de segurança pigmentadas	Par	2	2	R\$ 2,78	R\$ 2,65	R\$ 2,60	2,68	5,36	<b>0,45</b>
	10	Máscara de proteção tipo concha	Unid	2	2	R\$ 9,67	R\$ 8,54	R\$ 11,13	9,78	19,56	<b>1,63</b>
	11	Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço	Par	1	1	R\$ 68,69	R\$ 56,00	R\$ 75,81	66,83	66,83	<b>5,57</b>
<b>TOTAL</b>										<b>130,41</b>	<b>10,87</b>

**Nota:** EPIS a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. \*Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.

**OPERADOR DE CARGA E DESCARGA (CAMPUS ITURAMA)**

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
<b>OPERADOR DE CARGA E DESCARGA</b>	7	Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral;	Unid	2	2	R\$ 3,94	R\$ 3,60	R\$ 4,79	4,11	8,22	<b>0,69</b>
	8	Luva de segurança, material: vaqueta.	Par	2	2	R\$ 11,62	R\$ 13,60	R\$ 20,44	15,22	30,44	<b>2,54</b>
	9	Luvas de segurança pigmentadas	Par	2	2	R\$ 2,78	R\$ 2,65	R\$ 2,60	2,68	5,36	<b>0,45</b>
	10	Máscara de proteção tipo concha	Unid	2	2	R\$ 9,67	R\$ 8,54	R\$ 11,13	9,78	19,56	<b>1,63</b>
	11	Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço	Par	1	1	R\$ 68,69	R\$ 56,00	R\$ 75,81	66,83	66,83	<b>5,57</b>
	12	Cinta elástica ergonômica, tipo lombar, em poliéster e com fechamento em velcro	Unid	1	1	R\$ 70,24	R\$ 43,00	R\$ 46,41	53,22	53,22	<b>4,44</b>
<b>TOTAL</b>										<b>183,63</b>	<b>15,30</b>

**Nota:** EPIS a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. \*Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.

MATERIAIS FORNECIDOS PELA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

ALMOXARIFE (CAMPUS ITURAMA)												
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vida útil/ Meses	Quantidade Empregados	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	Depreciação (R\$)	Valor Mês/ Empregado (R\$)
13	Paleteira para transporte de carga, com elevação hidráulica, controle manual e capacidade de no mínimo 2000 kg	Un	1	60	1	R\$ 1.504,99	R\$ 1.349,10	R\$ 1.497,69	R\$ 1.450,59	R\$ 1.450,59	R\$ 19,34	R\$ 24,18
Nota: Depreciação de Materias: Para o cálculo do insumo Depreciação de Materiais, adotou-se vida útil de 5 anos e valor residual de 20%, com base Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017 e com base em planilha de custos utilizada pelo TCU.										TOTAL		R\$ 24,18

CUSTO MENSAL PARA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
POSTO	CUSTO MENSAL POR EMPREGADO
Almoxarife	24,18

OPERADOR DE CARGA E DESCARGA (CAMPUS ITURAMA)												
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vida útil/ Meses	Quantidade Empregados	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	Depreciação (R\$)	Valor Mês/ Empregado (R\$)
14	Carrinho para transporte de carga, do tipo abastecimento multiuso e fechado lateralmente com tela/grade, com capacidade de no mínimo 300 kg	Un	1	60	1	R\$ 1.397,91	R\$ 1.367,10	R\$ 1.590,00	R\$ 1.451,67	R\$ 1.451,67	R\$ 19,36	R\$ 24,19
Nota: Depreciação de Materias: Para o cálculo do insumo Depreciação de Materiais, adotou-se vida útil de 5 anos e valor residual de 20%, com base Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017 e com base em planilha de custos utilizada pelo TCU.										TOTAL		R\$ 24,19

CUSTO MENSAL PARA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
POSTO	CUSTO MENSAL POR EMPREGADO
Operador de Carga e Descarga	24,19

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
6	1	Serviço/mês	14907	Almoxarife 40h - CBO 4141-05	5.465,28	65.583,42
7	1	Serviço/mês	14389	Operador de carga e descarga 40h - CBO 7832-10	5.198,64	62.383,63
TOTAL ESTIMADO						127.967,05

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017**  
**PROPOSTA DE PREÇO**

**UFTM – Campus Iturama**  
**PROCESSO: 23085.008757/2025-11, PREGÃO Nº XX/20XX**

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX - Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX - CEP XXXXXXXXXXXX - Fone (XX) XXXXXXXX, em XXXXXXXX declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, e que concorda integralmente com os termos do Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos e vem apresentar a Vossa Senhoria sua PROPOSTA DE PREÇOS, na qual se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, e nos valores abaixo:

MÃO DE OBRA					
CARGO	Nº de Postos	Nº de Trabalhador	Custo POSTO (R\$)	Custo Mês (R\$)	Custo 12 Meses (R\$)
OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO (MANUTENÇÃO)	1	1	R\$ 5.194,35	R\$ 5.194,35	R\$ 62.332,24
<b>TOTAL MENSAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>R\$ 5.194,35</b>	<b>R\$ 5.194,35</b>	<b>R\$ 62.332,24</b>

MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO FORNECIDOS SOB DEMANDA								
Custo Mensal dos Materiais para Manutenção (R\$)		Custo Indireto	Lucro	PIS	COFINS	ISS	Custo Mensal dos Materiais Após Custos Indiretos;	Custo Anual dos Materiais Após Custos Indiretos; Tributos e Lucro
		6,00%	6,79%	1,65%	7,60%	3,00%		
Valor por Posto (R\$)	R\$ 672,91	40,37	R\$ 59,82	R\$ 14,54	R\$ 66,96	R\$ 26,43	R\$ 881,03	R\$ 10.572,36
<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>R\$ 672,91</b>	<b>40,37</b>	<b>R\$ 59,82</b>	<b>R\$ 14,54</b>	<b>R\$ 66,96</b>	<b>R\$ 26,43</b>	<b>R\$ 881,03</b>	<b>R\$ 10.572,36</b>

CUSTO CONSOLIDADO (MÃO DE OBRA+MATERIAIS)					
CARGO	Nº de postos	Custo mão de obra(R\$)	Custo Materiais (R\$)	Custo Total (Mês)	Custo Total (12 Meses)
OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO (MANUTENÇÃO)	1	R\$ 5.194,35	R\$ 881,03	R\$ 6.075,38	R\$ 72.904,60
	CUSTO TOTAL			R\$ 6.075,38	R\$ 72.904,60
Valor Global referente a 12 meses conforme Edital.					

Reservado para assinatura do responsável perante o CNPJ  
Nome do Representante perante o CNPJ  
Nome da Empresa / nº do CNPJ ou carimbo padrão do CNPJ

Uberaba/MG, xxx de xxxxxx de 20XX

**SE HOUVER NECESSIDADE A EMPRESA PODERÁ INCLUIR LINHAS PARA ESPECIFICAR DETALHADAMENTE OS CUSTOS DESDE QUE NÃO DESCONFIGURE A PLANILHA EM SUA ESSÊNCIA. Custos obrigatórios previstos na CCT que não forem cotados no módulo benefícios, não desobrigará a contratada da obrigação. A licitante arcará com os custos a partir de seus custos indiretos e lucros. NÃO RECOMENDAMOS A INCLUSÃO DE COLUNAS. UTILIZAR OS PERCENTUAIS ATUAIS DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES PARA CÔMPUTO DA PCFP.**

ANEXO VII-D		
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 23085.008757/2025-11		
Licitação Nº:		
Dia xx/xx/2025 às xx:xx horas (horário de Brasília)		
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	00/00/2025
B	Município/UF:	Iturama - MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	MG001516/2025
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	Posto - 44 horas	1
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3741-10
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional (220 horas)	R\$ 1.988,75
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de áudio e vídeo (manutenção)
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário Base	1.988,75
B	Adicional Periculosidade	0,00
C	Adicional Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Outros (especificar)	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		1.988,75
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	165,73
B	Férias	9,075%	180,48
C	Adicional de Férias	3,025%	60,16
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	406,37
<b>Nota 1:</b> Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
<b>Nota 2:</b> O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
<b>Nota 3:</b> Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	479,02
B	Salário Educação	2,50%	59,88
C	SAT	3,00%	71,85
D	SESC ou Sesi	1,50%	35,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	23,95
F	SEBRAE	0,60%	14,37
G	INCRA	0,20%	4,79
H	FGTS	8,00%	191,61
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	881,40
<b>Nota 1:</b> Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
<b>Nota 2:</b> O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
<b>Nota 3:</b> Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 12ª da CCT/2025 R\$ 25 * 21 * 80%)		420,00
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Seguro de vida e funeral		-
E	Outros		-
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			420,00
<b>Nota 1:</b> O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
<b>Nota 2:</b> Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 5 de 2017			
<b>Nota 3:</b> Não se aplica o benefício do vale transporte, visto não haver transporte público em Iturama MG.			
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		406,37
B	GPS, FGTS e outras contribuições		881,40
C	Benefícios Mensais e Diários		420,00
TOTAL DO MÓDULO 2			1.707,77
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,29
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,66
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	69,01
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	38,67
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	14,23
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,54
TOTAL MÓDULO 3		7,11%	141,40



MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	33,21
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,40
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,60
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,19
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		10,86%	35,40
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			0,00
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
A	Substituto nas Ausências Legais		35,40
B	Substituto na Intrajornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			35,40
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes		58,38
B	Materiais (EPI's)		8,25
C	Equipamentos (Ferramentas)		27,36
D	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5			93,99
Nota 1: Valores mensais por empregado.			

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>			
<b>A</b>	Custos Indiretos	6,00%	238,04			
<b>B</b>	Lucro	6,79%	352,70			
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>					
<b>C.1</b>	PIS	1,65%	85,71			
<b>C.2</b>	COFINS	7,60%	394,77			
<b>C.3</b>	Tributos Municipais - ISS (3,0%) Iturama-MG	3,00%	155,83			
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>		<b>25,04%</b>	<b>1.227,04</b>			
<b>Nota 1:</b> Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
<b>Nota 2:</b> O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
<b>2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>						
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>			<b>VALOR (R\$)</b>			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		1.988,75			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.707,77			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		141,40			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		35,40			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		93,99			
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>			<b>3.967,31</b>			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.227,04			
<b>Valor Total por Empregado</b>			<b>5.194,35</b>			
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>QUADRO-RESUMO DO VALOR DOS SERVIÇOS</b>						
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Post (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal do Serviço (F) = (D x E)
1	Operador de Áud	R\$ 5.194,35	1	R\$ 5.194,35	1	R\$ 5.194,35
<b>Valor Mensal dos Serviços</b>						<b>R\$ 5.194,35</b>
<b>Valor Anual do Contrato</b>						<b>R\$ 62.332,24</b>
<b>Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)</b>						
<b>DECLARAÇÃO:</b> Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos						
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ						
<b>CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)</b> ~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. ~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90. ~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86. ~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70. ~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82. ~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF. ~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99. ~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90. ~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT. Equivale a 1/3 do salário = <b>3,025%</b> conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018. ~~ 13º salário. Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65. Equivale a 1/12 da remuneração. [( 1 / 12) x 100] = [0,0833 x 100] = <b>8,33%</b>						
<b>OBSERVAÇÃO 1:</b> Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta. <b>OBSERVAÇÃO 2:</b> O licitante deverá apresentar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente e atualizada. <b>OBSERVAÇÃO 3:</b> De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).						
<b>Tributos</b>	FATOR K (coeficiente)	80,96%				
	Base de calculo	R\$ 4.205,35				
<b>Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)</b>						
	<b>Item</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>			
A	13º salário	8,33%	165,66			
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	240,64			
C	Adicional do FGTS	4,00%	79,55			
	Subtotal	24,43%	485,85			
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	155,52			
	<b>Total</b>	<b>32,25%</b>	<b>641,37</b>			

**ITENS DE UNIFORMES A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INICIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

**Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS ITURAMA)**

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
<b>Operador de Áudio e Vídeo</b>	1	Camisas ou camisetas <b>de malha PV</b> de mangas curtas com emblema da empresa;	Unidade	3	3	R\$ 16,90	R\$ 34,90	R\$ 28,00	26,60	79,80	<b>6,65</b>
	2	Calças compridas, <b>brim pesado</b> , na cor preta, com bolsos laterais e traseiros	Unidade	3	3	R\$ 79,80	R\$ 63,90	R\$ 47,90	63,87	191,61	<b>15,97</b>
	3	Meia <b>branca</b> , de algodão.	Par	3	3	R\$ 25,90	R\$ 19,90	R\$ 23,66	23,15	69,45	<b>5,79</b>
	4	Cinto com fivela na cor preta	Unidade	2	2	R\$ 73,00	R\$ 79,99	R\$ 48,90	67,30	134,60	<b>11,22</b>
	5	Jaqueta de frio <b>NYLON</b>	Unidade	1	1	R\$ 158,40	R\$ 199,99	R\$ 229,90	196,10	196,10	<b>16,34</b>
	6	Crachá (plaqueta de identificação do Almojarife, autenticada pela empresa, constando o nome, o posto ocupado, nº de matrícula do funcionário na empresa Contratada, RG e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 recente).	Unidade	1	1	R\$ 32,00	R\$ 25,00	R\$ 29,90	28,97	28,97	<b>2,41</b>
<b>Nota:</b> Uniformes a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.						<b>TOTAL</b>				<b>700,53</b>	<b>58,38</b>

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SEREM FORNECIDOS POR EMPREGADO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES, NO INICIO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.

Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS ITURAMA)											
Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/Empregado
Operador de Áudio e Vídeo	7	Óculos de proteção individual, em policarbonato, com apoio nasal e proteção lateral;	Unid	2	2	R\$ 3,94	R\$ 3,60	R\$ 4,79	4,11	8,22	0,69
	15	Protetor auricular tipo plug, com atenuação mínima de 15 Db	Par	2	2	R\$ 1,46	R\$ 3,29	R\$ 1,75	2,17	4,34	0,36
	16	Luvas de proteção em material antiderrapante/nitrílico, para manuseio de cabos e equipamentos	Par	2	2	R\$ 7,90	R\$ 12,03	R\$ 9,49	9,81	19,62	1,64
	11	Botina de segurança, cor predominantemente preta, com solado emborrachado e biqueira de aço	Par	1	1	R\$ 68,69	R\$ 56,00	R\$ 75,81	66,83	66,83	5,57
Nota: EPIS a serem fornecidos por posto durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no Termo de Referência.							TOTAL			99,01	8,25

EQUIPAMENTOS FORNECIDOS PELA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS ITURAMA)													
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vida útil/ Meses	Quantidade Empregados	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	Depreciação (R\$)	Valor Mês/ Empregado (R\$)	
17	Escada extensível, material: alumínio, 2x10 degraus com altura máxima de 5 metros e capacidade máxima de 150 kg	Un	1	60	1	R\$ 599,00	R\$ 519,00	R\$ 549,00	R\$ 555,67	R\$ 555,67	R\$ 7,41	R\$ 9,26	
18	Jogo de chave de fenda e Philips composto por 05 peças cada, sendo: 03 Chaves de fenda com medidas: 3 x 100 mm (1/8" x 4"), 4 x 150 mm (3/16" x 6") e 6 x 200 mm (1/4" x 8"); 02 chaves phillips com medidas: 4,5 x 100 mm (3/16" x 4") PH1, 6 x 150 mm (1/4" x 6") PH2 - Ref.: GEDORE-150-16052	Un	1	60	1	R\$ 50,14	R\$ 41,33	R\$ 48,50	R\$ 46,66	R\$ 46,66	R\$ 0,62	R\$ 0,78	
19	Jogo de chaves combinadas com 12 peças cada, feitas em aço cromo-vanádio e com as seguintes medidas: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19 e 22mm - Ref.:MTX-154129;	Un	1	60	1	R\$ 87,99	R\$ 89,90	R\$ 102,99	R\$ 93,63	R\$ 93,63	R\$ 1,25	R\$ 1,56	
20	Alicate de corte diagonal 6 polegadas - 160mm - Ref.: MTX-175209	Un	1	60	1	R\$ 17,58	R\$ 16,80	R\$ 16,76	R\$ 17,05	R\$ 17,05	R\$ 0,23	R\$ 0,28	
21	Alicate de bico meia cana reto 6 polegadas - 160mm - Ref.: MTX-171649	Un	1	60	1	R\$ 17,95	R\$ 19,40	R\$ 17,37	R\$ 18,24	R\$ 18,24	R\$ 0,24	R\$ 0,30	
22	Alicate tipo universal 8 polegadas - 200mm - Ref.: MTX-169069	Un	1	60	1	R\$ 25,41	R\$ 28,40	R\$ 21,99	R\$ 25,27	R\$ 25,27	R\$ 0,34	R\$ 0,42	
23	Alicate crimpador para RJ45, RJ12 e RJ11 - Ref.: LITH-LT0001FM	Un	1	60	1	R\$ 42,90	R\$ 42,90	R\$ 60,21	R\$ 48,67	R\$ 48,67	R\$ 0,65	R\$ 0,81	
24	Furadeira de impacto; potência mínima 710W; tensão 127V; mandril 1/4 polegada; velocidade variável; seletor de função; seletor de reverso; velocidade 0 - 2600 RPM; impactos por minuto 0 - 47600 IPM - Ref.: DEWALT-DWD502;	Un	1	60	1	R\$ 399,00	R\$ 426,52	R\$ 399,00	R\$ 408,17	R\$ 408,17	R\$ 5,44	R\$ 6,80	
25	Jogo de brocas para metal com 7 brocas de medidas 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 10mm - Ref.: BOSCH-2607017508-000	Un	1	60	1	R\$ 65,10	R\$ 53,44	R\$ 95,90	R\$ 71,48	R\$ 71,48	R\$ 0,95	R\$ 1,19	
26	Jogo de brocas para concreto com 7 brocas de medidas 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10mm -Ref.: IRWIN-891507	Un	1	60	1	R\$ 66,14	R\$ 69,65	R\$ 60,10	R\$ 65,30	R\$ 65,30	R\$ 0,87	R\$ 1,09	
27	Trena de bolso 8 metros; 26mm de largura; fita graduada em milímetros e polegadas - Ref.: STARRETT-ST51-8ME	Un	1	60	1	R\$ 36,91	R\$ 37,82	R\$ 38,90	R\$ 37,88	R\$ 37,88	R\$ 0,51	R\$ 0,63	
28	Ferro de solda; potência 50W; tensão 127V; temperatura máxima 510°C - Ref.: HIKARI-POWER60;	Un	1	60	1	R\$ 56,02	R\$ 50,49	R\$ 51,80	R\$ 52,77	R\$ 52,77	R\$ 0,70	R\$ 0,88	
29	Multímetro; digital; medição de tensão alternada e contínua; medição de continuidade; medição de resistência - Ref.:MINIPA-ET1002	Un	1	60	1	R\$ 89,99	R\$ 94,75	R\$ 85,50	R\$ 90,08	R\$ 90,08	R\$ 1,20	R\$ 1,50	
30	Bolsa para ferramentas; com forro duplo; impermeável; com compartimentos internos e externos; alça tiracolo; peso suportado 15KG - Ref.: FORTGPRO-FG8993	Un	1	60	1	R\$ 82,90	R\$ 133,20	R\$ 116,10	R\$ 110,73	R\$ 110,73	R\$ 1,48	R\$ 1,85	

Nota: Depreciação de Materiais: Para o cálculo do insumo Depreciação de Materiais, adotou-se vida útil de 5 anos e valor residual de 20%, com base Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017 e com base em planilha de custos utilizada pelo TCU.

TOTAL	R\$	27,36
-------	-----	-------

CUSTO MENSAL PARA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
POSTO	CUSTO MENSAL POR EMPREGADO
Operador de Áudio e Vídeo	27,36

MATERIAIS FORNECIDOS SOB DEMANDA PELA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Operador de Áudio e Vídeo (CAMPUS ITURAMA)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade		Orçamentos			Valor Médio (R\$)	TOTAIS		Valor por Empregado (R\$)	
			Mensal	Anual	Pesquisa de Preço 1 (R\$)	Pesquisa de Preço 2 (R\$)	Pesquisa de Preço 3 (R\$)		Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)	Quantidade Empregados	Valor Mês/ Empregado (R\$)
31	Cabo HDMI 2.0 4k 3 metros	Un	0,83	10	R\$ 49,90	R\$ 18,91	R\$ 25,14	R\$ 31,32	R\$ 26,10	R\$ 313,20	1	R\$ 26,10
32	Cabo HDMI 2.0 4k 5 metros	Un	0,83	10	R\$ 49,90	R\$ 21,76	R\$ 38,58	R\$ 36,75	R\$ 30,63	R\$ 367,56	1	R\$ 30,63
33	Cabo HDMI 2.0 4K 10 metros	Un	2,50	30	R\$ 99,90	R\$ 56,91	R\$ 88,62	R\$ 81,81	R\$ 204,53	R\$ 2.454,36	1	R\$ 204,53
34	Cabo HDMI 2.0 4K 15 metros	Un	1,67	20	R\$ 134,00	R\$ 117,71	R\$ 206,73	R\$ 152,81	R\$ 254,68	R\$ 3.056,16	1	R\$ 254,68
35	Extensor HDMI RJ45 ativo	Un	0,42	5	R\$ 33,37	R\$ 39,90	R\$ 35,10	R\$ 36,12	R\$ 15,05	R\$ 180,60	1	R\$ 15,05
36	Cabo P2 Stereo para P10 Stereo 1,5 metros	Un	0,42	5	R\$ 15,81	R\$ 5,80	R\$ 14,99	R\$ 12,20	R\$ 5,08	R\$ 60,96	1	R\$ 5,08
37	Conector metálico P10 mono	Un	1,67	20	R\$ 12,97	R\$ 7,99	R\$ 8,00	R\$ 9,65	R\$ 16,08	R\$ 192,96	1	R\$ 16,08
38	Conector metálico P10 stéreo	Un	1,67	20	R\$ 1,84	R\$ 3,90	R\$ 2,26	R\$ 2,67	R\$ 4,45	R\$ 53,40	1	R\$ 4,45
39	Conector metálico XLR macho	Un	1,67	20	R\$ 11,97	R\$ 10,06	R\$ 9,12	R\$ 10,38	R\$ 17,30	R\$ 207,60	1	R\$ 17,30
40	Conector metálico XLR fêmea	Un	1,67	20	R\$ 19,90	R\$ 17,00	R\$ 13,50	R\$ 16,80	R\$ 28,00	R\$ 336,00	1	R\$ 28,00
41	Conector SPEAKON 4 vias macho	Un	0,42	5	R\$ 13,68	R\$ 13,50	R\$ 10,33	R\$ 12,50	R\$ 5,21	R\$ 62,52	1	R\$ 5,21
42	Emenda SPEAKON 4 vias	Un	0,42	5	R\$ 14,40	R\$ 24,18	R\$ 15,00	R\$ 17,86	R\$ 7,44	R\$ 89,28	1	R\$ 7,44
43	Cabo microfone balanceado 2x0,30mm²	Metros	8,33	100	R\$ 4,99	R\$ 8,27	R\$ 5,40	R\$ 6,22	R\$ 51,83	R\$ 621,96	1	R\$ 51,83
44	Abraçadeira de Nylon 200mm x 2,5mm (100un)	PCT	0,42	5	R\$ 10,36	R\$ 14,00	R\$ 9,50	R\$ 11,29	R\$ 4,70	R\$ 56,40	1	R\$ 4,70
45	Parafuso M4 x 8mm	Un	8,33	100	R\$ 0,19	R\$ 0,18	R\$ 0,29	R\$ 0,22	R\$ 1,83	R\$ 21,96	1	R\$ 1,83
TOTAIS									R\$ 672,91	R\$ 8.074,92		R\$ 672,91

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
8	1	Serviço/mês	3778	Operador de Áudio e Vídeo (manutenção) - 44h - CBO 3741-10 (COM MATERIAL)	6.075,38	72.904,60
TOTAL ESTIMADO						72.904,60

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO

**Estudo Técnico Preliminar 111/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23085.008757/2025-11

**2. Descrição da necessidade**

A necessidade de serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado na Universidade, evidencia-se pela demanda permanente e ininterrupta de gestão, organização e movimentação de materiais de consumo e/ou permanentes nas unidades, de modo a garantir, na quantidade, no local e no momento correto, o abastecimento dos insumos essenciais ao pleno funcionamento dos setores administrativos, acadêmicos e operacionais. Em relação aos serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção), a necessidade justifica-se, também de maneira permanente e ininterrupta, de apoio e suporte técnico especializado em equipamentos de áudio e vídeo utilizados cotidianamente na realização de aulas, eventos acadêmicos e/ou administrativos, defesas de trabalhos, atividades de extensão, transmissões e gravações institucionais, dentre outros.

Os contratos atuais que versam sobre os serviços de almoxarife e operador de carga e descarga, Contrato 11/2020 para o Campus Uberaba e Contrato 12/2020 para o Campus Iturama-MG, foram prorrogados de forma excepcional, e suas vigências expiram, respectivamente, em 01/06/2026 e 06/04/2026, impossibilitando novas renovações, já que foram celebrados por meio da Lei 8.666 de 1993. Sobre os serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção), ainda não há a prestação de serviços relacionados na Universidade. Há um suporte provisório de recepcionistas no setor no Campus Uberaba, porém, devido às limitações técnicas e legais, as atividades prestadas por estes colaboradores se restringem às questões administrativas, não sendo suficientes para atender às demandas contínuas de operação e manutenção básica dos equipamentos audiovisuais presentes em auditórios, salas de aula e laboratórios da UFTM. Estes fatos, motivaram a abertura de um novo processo licitatório.

Destaca-se que cargos similares, como Almoxarife, Armazenista e Técnico em Audiovisual encontram-se vedados ou extintos na Administração Pública e a UFTM não possui em seu quadro servidores suficientes com as mesmas funções, características e atribuições para a realização das tarefas que se busca contratar, portanto, a terceirização se mostra uma medida necessária.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Prefeitura Universitária	Elcides Rodrigues da Silva
Departamento de Serviços e Logística	Mickael Garcia Lemos Ramos

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Conforme o art, 6º, inciso XVI da Lei 14.133/2021, serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que: a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Em razão desses requisitos, não será admitida a subcontratação do objeto, uma vez que a execução direta pela contratada é condição necessária para assegurar o cumprimento destas condições, em especial ao não compartilhamento dos recursos humanos e materiais para a execução de outros contratos e à dificuldade de fiscalização da Administração quanto à alocação, controle e supervisão de pessoal, ampliando os riscos operacionais, trabalhistas e a perda de padronização na execução do objeto.

Por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, também não será admitida na licitação a participação de cooperativas de trabalho.



Conforme dispõe o artigo 15 da IN N° 05/2017 da SLTI do MPDG os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.

Sendo assim, a interrupção da prestação dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado poderia acarretar prejuízos ao patrimônio e às rotinas institucionais do órgão, afetando o funcionamento, por exemplo, de laboratórios, de salas de aula, setores administrativos, serviços de limpeza, conservação, manutenção predial, dentre outros. Já a ausência de serviços relacionados ao operador de áudio e vídeo (manutenção), compromete a realização e/ou a qualidade de aulas, eventos acadêmicos e/ou administrativos, defesas de trabalhos, atividades de extensão, transmissões e gravações institucionais, que dependem da disponibilidade e operacionalização de equipamentos audiovisuais devidamente mantidos.

Desta forma, os contratos terão vigência de 12 (doze) meses contados de suas assinaturas, período necessário para que os fiscais e a Administração dos *Campi* avaliem a qualidade dos serviços prestados e, assim, decidam-se sobre a renovação ou não dos contratos. Neste caso, observando o interesse público e, a critério das contratantes, os contratos poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, conforme art. 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

A contratação deverá atender de maneira efetiva todo o serviço de almoxarife, operador de carga e descarga, supervisor de almoxarifado e operador de áudio e vídeo (manutenção) da UFTM conforme IN 05/2017 e demais legislações pertinentes, além deste estudo técnico realizado, o qual leva em consideração informações coletadas durante a prestação de serviços realizada nas últimas contratações e a experiência técnica de servidores que atuam diretamente nessas áreas.

Os serviços possuem natureza continuada e dedicação exclusiva de mão de obra pelo fato de serem serviços executados diariamente e que sua interrupção causaria prejuízo à prestação dos serviços realizada pela UFTM conforme elencado acima, e deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, nas Convenções Coletivas de Trabalho, e exigidos no Termo de Referência. A carga horária será de 40 (quarenta) horas semanais para os serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado, e de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para os serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção). Excepcionalmente, para o grupo 02, item 05, dois postos deverão cumprir jornada de trabalho no horário das 13:20 às 23:00 horas. Eventualmente, para todos os cargos, poderá existir a necessidade da prestação de serviços além dos horários previstos e aos sábados, domingos e feriados, devendo, preferencialmente, desde que definido na Convenção Coletiva de Trabalho adotada, haver a compensação das horas trabalhadas excedentes, conforme prazos definidos no Acordo Coletivo vigente.

Ainda, para a adequada execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer a cessão de uso de equipamentos (materiais permanentes) para seus colaboradores. As atividades de carga e descarga de materiais exigem o transporte de volumes pesados e volumosos em ambiente interno (almoxarifado e áreas de armazenagem). Para garantir a segurança e a eficiência na execução das tarefas é imprescindível, para os postos de trabalho de almoxarife e operador de carga e descarga, a utilização de equipamentos de apoio, tais como paleteira e carrinhos para transporte de carga, já para o operador de áudio e vídeo (manutenção), é necessário a utilização de escadas, de modo a permitir a realização dos pequenos reparos previstos. A descrição detalhada desses equipamentos, com as especificações mínimas, são apresentadas no Termo de Referência. Considera-se, portanto, técnica e economicamente vantajoso que a contratada forneça o(s) equipamento(s) necessário(s) para o desempenho das atividades dos seus colaboradores, assumindo a responsabilidade por seu fornecimento, manutenção e operação, sem ônus adicional para a Administração.

Além disso, para o posto de trabalho de operador de áudio e vídeo (manutenção), considerando as atribuições do cargo, que envolvem, dentre outras, a execução de pequenas manutenções, substituições e reparos nos equipamentos e sistemas de áudio e vídeo instalados nas dependências da UFTM, é imprescindível que a contratada forneça um kit básico de ferramentas, de modo a viabilizar a adequada execução dessas atividades. Deverá também ser prevista na formação de preços dos itens correspondentes, a possibilidade de fornecimento de materiais sob demanda, a serem solicitados formalmente pelos fiscais do contrato, conforme as descrições e quantitativos estimados no Termo de Referência, assegurando, assim, a plena operacionalidade dos sistemas audiovisuais e a continuidade dos serviços institucionais que deles dependem.

Para a participação no processo licitatório, os licitantes deverão comprovar qualificação técnica-operacional, mediante apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins de comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas: contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes; contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Também é necessária, nos contratos que abranjam 10 (dez) ou mais postos de trabalho, declaração de que possui ou de que instalará escritório no município onde será prestado o serviço, ou em um raio de até 100km de distância do município, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN N° 05/2017 da SLTI do MPDG. Será necessária também declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, além das declarações de vínculo familiar (individual e de sócios, dirigentes ou administradores), conforme modelos constantes no Termo de Referência e seus anexos.

A contratada deverá colocar à disposição da contratante profissionais com, no mínimo, ensino fundamental completo, para que estes consigam se comunicar bem e de forma clara, além de conseguir ler e interpretar materiais escritos de capacitação ou comunicados, avisos ou advertências que a empresa faça ao mesmo. Excepcionalmente, para o posto de supervisor de almoxarifado, devido à complexidade do cargo, é necessário profissional com, no mínimo, ensino médio completo, de modo que o colaborador consiga elaborar adequadamente os relatórios administrativos necessários e operar, se preciso, os sistemas informatizados da contratante. Já para o posto de operador de áudio e vídeo (manutenção), devido à natureza técnica e específica das atividades a serem executadas, é necessário a comprovação, por meio da carteira de trabalho, de experiência mínima de 6 (seis) meses na função ou similar, ou ainda, a comprovação de curso de formação e/ou capacitação na área.

A contratada deverá considerar que a contratante utilizará a Conta-Depósito Vinculada, de acordo com a IN 05/2017-SEGES /MPDG, a fim de realizar o provisionamento de recurso financeiro para fins de quitação de obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

#### **Justificativas quanto às exigências**

A exigência de apresentação de atestado de experiência de no mínimo 1 ano, a declaração de escritório, bem como da escolha da conta vinculada, se justificam por aspectos técnicos. As justificativas para cada um destes pontos são apresentadas a seguir:

- Em relação à vedação à subcontratação, esta se justifica pelas características do objeto, que envolve serviços contínuos executados com dedicação exclusiva de mão de obra. A execução direta pela contratada é essencial para assegurar a padronização das rotinas, o controle efetivo da força de trabalho alocada, a continuidade operacional e a fiscalização adequada pela Administração. A eventual subcontratação acarretaria fragmentação da execução, aumento da complexidade da gestão contratual, dificuldade de responsabilização e elevação dos riscos de descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, sem proporcionar ganhos comprovados de eficiência ou economicidade para a contratação. Assim, a vedação mostra-se uma medida técnica, proporcional e necessária, em consonância com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da boa governança pública.
- Sobre a vedação à participação na licitação de cooperativas de trabalho, considerando que o objeto envolve serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, nos quais se fazem presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego, a participação de cooperativas de trabalho mostra-se incompatível, fundamentada no Termo de Conciliação Judicial homologado na Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, cuja observância permanece obrigatória à Administração Pública Federal, conforme reafirmado pelo Parecer nº 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00006/2023/SGPP/CGU/AGU - NUP 00688.001058/2022-11, sequencial 27-30)..
- Quanto à exigência de experiência mínima de 1 ano, informamos que se optou por este período pois corresponde à vigência inicial de um contrato que é geralmente de 12 meses. Esta exigência visa dificultar a participação de empresas que não tenham condições técnicas para serem contratadas acarretando o abandono do contrato, e está em conformidade com o item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- A exigência do escritório no município onde será prestado o serviço ou em um raio máximo de até 100 km de distância, nos casos dos contratos que abranjam 10 (dez) ou mais postos de trabalho, decorre da maior complexidade operacional motivada pelo maior número de colaboradores, demandando uma estrutura mínima de apoio administrativo, capaz de atender tempestivamente as necessidades da contratante e de assegurar a adequada execução dos serviços contratados. A instalação deste escritório proporcionará, dentre outros, a reposição ágil do efetivo, a facilidade de gestão e supervisão local, o pronto atendimento a eventuais ocorrências, a comunicação direta e eficiente com a contratante e com os colaboradores, além do cumprimento célere das exigências legais e trabalhistas, proporcionando, desse modo, maior qualidade, continuidade e segurança durante a execução contratual. A exigência também fundamenta-se no item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- A escolha da Conta-depósito Vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado na UFTM, sendo utilizado em contratos vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo. A exigência baseia-se nos itens 1.1 e 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **5. Levantamento de Mercado**

A partir de pesquisas do funcionamento de empresas de grande porte e de outras instituições públicas foram encontrados e analisados três tipos de solução no mercado:

**Solução 1:** Utilização de mão de obra dos referidos cargos presentes no quadro de servidores da Universidade, para atendimento das necessidades.

Solução inviável tendo em vista a não disponibilização de servidores com as atribuições necessárias e em quantidade adequada (a UFTM possui no quadro de servidores ativos 1 almoxarife, 1 armazenista, 0 técnico em audiovisual), e tais cargos encontram-se vedados ou extintos na Administração Pública.

**Solução 2:** Contratação de serviço terceirizado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Solução inviável, devido maior necessidade de fiscalização e controle de documentação trabalhista e previdenciária, o que demandaria mais servidores disponíveis para o desenvolvimento de atividades relacionadas à fiscalização administrativa dos contratos, bem como maior susceptibilidade à falhas e /ou atrasos na prestação dos serviços devido ao aumento da rotatividade de prestadores e a consequente perda de conhecimento técnico, de normas e de fluxos internos, acarretando em prejuízos relacionados à continuidade e à qualidade dos serviços.

**Solução 3:** Contratação de serviço terceirizado por posto de trabalho, com dedicação exclusiva de mão de obra.

Solução viável, tendo em vista que: tal tipo de contratação não constitui qualquer tipo de vínculo empregatício entre o funcionário e o órgão público; há a existência da IN Nº 05/2017 da SLTI do MPDG, que auxilia na gestão e fiscalização de tais tipos de contratação; e com a exclusividade de mão de obra há um aumento significativo na qualidade e agilidade dos serviços prestados.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada deve atender às necessidades dos serviços de almoxarife, operador de carga e descarga, supervisor de almoxarifado e operador de áudio e vídeo (manutenção), de forma a garantir a gestão, organização e movimentação de materiais de consumo e/ou permanentes nas unidades da UFTM e de oferecer o devido apoio e suporte técnico especializado em equipamentos de áudio e vídeo utilizados cotidianamente na Instituição.

Os serviços possuem natureza continuada e dedicação exclusiva de mão de obra pelo fato de serem serviços necessários de modo permanente e ininterrupto, e a ausência deles acarretaria prejuízos relacionados aos bens públicos e ao pleno funcionamento da UFTM.

Os colaboradores devem trabalhar devidamente uniformizados e com os materiais necessários à realização dos serviços, a serem previamente fornecidos pelas contratadas. Deverão se portar de forma adequada, mantendo a postura, demonstrando atenção, capacidade de trabalhar em equipe, e autocontrole na execução das atividades, reportando-se sempre que necessário aos encarregados ou prepostos.

Especificações das funções:

- Almoxarife CBO 4141-05: Recepcionam, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. Distribuem produtos e materiais a serem expedidos. Organizam o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar, preservando o estoque limpo e organizado. Empacotam ou desempacotam os produtos, realiza expedição materiais e produtos, examinando-os, providenciando os despachos dos mesmos e auxiliam no processo de logística;
- Operador de carga e descarga CBO 7832-10: Preparam cargas e descargas de mercadorias; movimentam e fixam mercadorias e cargas em navios, aeronaves, caminhões , vagões e instalações portuárias; entregam e coletam encomendas ; manuseiam cargas especiais; reparam embalagens danificadas e controlam a qualidade dos serviços prestados. Operam equipamentos de carga e descarga; conectam tubulações às instalações de embarque de cargas. Realizam atividades de limpeza e conservação nos armazéns portuários e nos navios; estabelecem comunicação, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de mercadorias. Amarram e desamarram embarcações;
- Supervisor de almoxarifado CBO 4102-05: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado e/ou estoque. Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho;
- Operador de áudio e vídeo (manutenção) CBO 3741-10: Configuram, operam e monitoram sistemas de sonorização e gravação; editam, misturam, pré-masterizam e restauram registros sonoros de discos, fitas, vídeo, filmes, etc. Criam projetos de sistemas de sonorização e gravação. Preparam, instalam e desinstalam equipamentos de áudio e acessórios.

Aos colaboradores contratados compete:

- Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;
- Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;
- Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do seu local de trabalho;
- Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;
- Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;
- Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando à contratante qualquer eventualidade que observe;
- Comunicar à segurança a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;

- Manter sigilo das informações a que tiver acesso;
- Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;
- Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;
- Apresentar-se sempre com crachá e com o uniforme estabelecido;
- Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) disponibilizados pelo Contratado, durante toda a execução das atividades.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de profissionais pretendidos na presente contratação deu-se, para os serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado, em virtude das demandas executadas, sobretudo, pelas Divisões de Almoxarifado, Patrimônio, Gestão Administrativa (Iturama) e pelo Departamento de Engenharia e Manutenção, por exemplo: distribuição de materiais (consumo, permanente e obra) nas diversas unidades do órgão; recepção, remanejamento e recolhimento de materiais; controles de entrada e saída de materiais; realização de inventários. Já para o serviço de operador de áudio e vídeo (manutenção), deu-se em virtude das demandas a serem executadas por uma seção recém criada, a Seção de Atendimento ao Usuário (SAU), como: instalação, desinstalação, configuração e operação dos sistemas e equipamentos de áudio e vídeo da Universidade, bem como a prestação de suporte técnico aos usuários destes equipamentos.

A partir disso, a quantidade a ser contratada foi determinada por meio do levantamento de necessidades das áreas demandantes, da expertise da unidade obtida pela fiscalização dos contratos atuais (Contratos Administrativos nº 11/2020 e nº 12/2020), pelas projeções de ampliação de infraestrutura e pela expectativa de oferta de novos cursos na Universidade, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029.

Em comparação com os contratos atuais (Contratos Administrativos nº 11/2020 e nº 12/2020) relacionados aos serviços de almoxarife e de operador de carga e descarga, haverá a supressão, respectivamente, de 3 e de 2 postos de trabalho no Campus Uberaba, devido ao aumento de produtividade percebida nos setores e à redução da entrega de materiais de limpeza, cuja responsabilidade, atribuiu-se às empresas prestadoras desse tipo de serviço. Já para o Campus Iturama, manteve-se o quantitativo mínimo de 01 (um) posto de trabalho para cada serviço, visto que refere-se a diferentes atribuições e há a necessidade de ambas.

Ainda em relação a esses serviços, sugere-se para esta contratação, a inclusão de um novo cargo de supervisor de almoxarifado no Campus Uberaba, de forma a operacionalizar o planejamento, organização e acompanhamento das atividades dos almoxarifes e operadores de carga e descarga, assegurando a correta execução dos serviços, a observância dos padrões técnicos, além de promover o elo de comunicação entre a Universidade e a equipe, visando a otimização do atendimento às demandas institucionais.

Acerca dos operadores de áudio e vídeo (manutenção), trata-se de uma nova contratação direcionada à prestação de serviços da Seção de Atendimento ao Usuário (SAU), recém criada na Universidade. De forma a ampliar a cobertura dos serviços prestados e garantir o adequado suporte técnico, sugere-se a contratação de 1 (um) posto de trabalho para o Campus Iturama e 5 (cinco) postos de trabalho para o Campus Uberaba, a serem distribuídos da seguinte forma: 1 (um) posto fixo no Centro Educacional e 1 (um) posto fixo na Univerdecidade, locais onde há maior quantidade de salas de aula e laboratórios, e por consequência, maior fluxo de discentes, docentes, e de demandas relacionadas aos equipamentos de áudio e vídeo, como por exemplo, instalação, configuração, verificação e pequenos reparos emergenciais; 3 (três) postos lotados na Reitoria, em substituição aos 2 (dois) recepcionistas que já atuam no apoio e controle dos auditórios e dos eventos (internos ou externos), porém, que possuem limitações técnicas e legais que os impedem de atender integralmente, as necessidades da área, além de ampliar o horário de cobertura do suporte oferecido. Ressalta-se que as localizações poderão ser alterados a qualquer tempo de acordo com as necessidades do órgão, mediante comunicação prévia à empresa Contratada.

Dessa forma, estimou-se a seguinte quantidade de postos de trabalho a serem contratados:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Prestação de serviço contínuo de almoxarife - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 08 postos no período de 1 (um) ano	14907	Unidade	1
	2	Prestação de serviço contínuo de operador de carga e descarga - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 04 postos no período de 1 (um) ano	14389	Unidade	1

	3	Prestação de serviço contínuo de supervisor de almoxarifado - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 01 posto no período de 1 (um) ano	25623	Unidade	1
2	4	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 3 postos no período de 1 (um) ano	3778	Unidade	1
	5	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - <u>Campus Uberaba</u> - ref. contratação de 2 postos com hora noturna no período de 1 (um) ano	3778	Unidade	1
3	6	Prestação de serviço contínuo de almoxarife - <u>Campus Iturama</u> - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	14907	Unidade	1
	7	Prestação de serviço contínuo de operador de carga e descarga - <u>Campus Iturama</u> - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	14389	Unidade	1
4	8	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - <u>Campus Iturama</u> - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	14389	Unidade	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.431.401,83

A estimativa do valor da contratação levou em consideração as quantidades de colaboradores em cada função, os adicionais previstos pelas CCTs, os uniformes, os materiais e os equipamentos de proteção individuais, conforme planilhas de custo anexas.

Para a formação dos custos profissionais, utilizou-se como referência para os postos de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado a Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RECURSOS HUMANOS E TRABALHO TEMPORÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, registrada no MTE sob o número MG001973/2025. Já para o posto de operador de áudio e vídeo (manutenção) foi adotado no cálculo do valor de referência a Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS TEATRAIS, EXIBIDORAS E DISTRIBUIDORAS CINEMATOGRAFICAS E DOS OPERAD. CINEMAT. E SIMILARES DO ESTADO DE MG, registrada no MTE sob o número MG001516/2025.

Em relação aos custos dos uniformes, materiais e equipamentos de proteção individuais fez-se pesquisas em sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, conforme art. 5º, inciso III, da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021. Utilizou-se como método para a obtenção do preço estimado, a média de 03 (três) valores encontrados nessas pesquisas, em consonância ao art. 6ª dessa mesma Instrução Normativa. O parâmetro previsto no inciso III foi adotado pela equipe de planejamento desta contratação em detrimento aos incisos I e II devido à instabilidade do Painele de Preços e à dificuldade em encontrar uniformes, materiais e equipamentos com as mesmas especificidades previstas na contratação.

Com isso o valor total estimado para esta contratação é de R\$ 1.431.401,83 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil e quatrocentos e um reais e oitenta e três centavos) conforme distribuição abaixo:

Grupo 1:

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
1	8	Serviço/mês	14907	Almoxarife 40h - CBO 4141-05	44.716,08	536.592,91
2	4	Serviço/mês	14389	Operador de carga e descarga 40h - CBO 7832-10	21.392,41	256.708,95
3	1	Serviço/mês	25623	Supervisor de almoxarifado 40h - CBO 4102-05	6.795,73	81.548,78
TOTAL ESTIMADO						874.850,64

Grupo 2:

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
4	3	Serviço/mês	3778	Operador de Áudio e Vídeo (manutenção) - 44h - CBO 3741-10 (COM MATERIAIS)	17.665,59	211.987,09
5	2	Serviço/mês	3778	Operador de Áudio e Vídeo (manutenção) Com Hora Noturna - 44h - CBO 3741-10 (COM MATERIAIS)	11.974,37	143.692,45
TOTAL ESTIMADO						355.679,54

Grupo 3:

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
6	1	Serviço/mês	14907	Almoxarife 40h - CBO 4141-05	5.465,28	65.583,42
7	1	Serviço/mês	14389	Operador de carga e descarga 40h - CBO 7832-10	5.198,64	62.383,63
TOTAL ESTIMADO						127.967,05

Grupo 4:

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
8	1	Serviço/mês	3778	Operador de Áudio e Vídeo (manutenção) - 44h - CBO 3741-10 (COM MATERIAL)	6.075,38	72.904,60
TOTAL ESTIMADO						72.904,60

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em que pese a regra ser o fracionamento, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto licitatório condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

Dessa forma, optou-se por agrupar os itens em 4 (quatro grupos) devido a natureza complementar e interdependente das atribuições dos cargos. Além disso, o agrupamento facilita a gestão e fiscalização do contrato, centralizada em um único fornecedor por grupo, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e menor gasto de pessoal envolvido, em consonância com os princípios constitucionais da economicidade e da eficiência. Ainda, o agrupamento traz maior atratividade ao mercado, aumentando assim a competitividade por contratos de maior valor.

A divisão destes itens em grupos diferentes, acarretaria em significativa dificuldade para a garantia dos serviços executados, uma vez que cada contratado iria tentar se eximir de suas responsabilidades, argumentando que sua execução foi prejudicada/comprometida pela interferência dos serviços prestados por outro contratado.

Tendo em vista as argumentações acima apresentadas, a formação de quatro grupos para os oito itens licitados é a solução contratual que melhor atende aos interesses da Administração Pública. Assim, evita-se contratações interdependentes, garantindo a efetividade do serviço contratado

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes à essa contratação, tendo em vista que cada contratação, por si só, engloba todo o necessário para a realização do serviço de forma ideal. A correlação entre contratações para execução de serviços de almoxarife, operador de carga e descarga, supervisor de almoxarifado ou operador de áudio e vídeo (manutenção) poderia gerar atrasos na realização dos serviços e até a inadequação dos resultados obtidos, não atingindo os objetivos contratuais esperados.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação possui uma relação indireta com os objetivos institucionais traçados pela Universidade através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por meio do adequado suporte logístico, da gestão e conservação de materiais e equipamentos, bem como do funcionamento regular dos sistemas audiovisuais. Esses serviços asseguram condições adequadas para a realização das atividades administrativas, acadêmicas e científicas, contribuindo para a eficiência dos processos internos e para o pleno desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Para atender ao proposto, necessita-se de previsão e adequação orçamentária das despesas, elaboração de edital conciso e com cláusulas capazes de mitigar o máximo de riscos, bem como, a realização de licitação, formalização de contrato e designação de fiscais para assegurar o adimplemento das obrigações dos futuros contratados. Faz-se também necessário, o devido suporte orçamentário e a realização da despesa a ser executada.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual (PCA) 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 25437484000161-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 245 (Iturama) e 246 (Uberaba);
- IV) Classe/Grupo: 859/OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;
- V) Identificador da Futura Contratação: 153035-62/2026 (Iturama) e 153035-61/2026 (Uberaba).

As informações referentes à disponibilidade orçamentária serão informadas em momento oportuno durante o processo pela Divisão de Orçamentos.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, com esta contratação, garantir um adequado suporte logístico para a prestação eficiente de serviços relacionados à gestão e à movimentação de materiais (consumo, permanente e de obra) e equipamentos, tanto internamente nos galpões e almoxarifados, quanto externamente entre as diferentes unidades da instituição, além de proporcionar um atendimento apropriado às demandas técnicas dos equipamentos audiovisuais utilizados cotidianamente em salas de aula, laboratórios e auditórios da UFTM. Dessa forma, espera-se alcançar ganhos relevantes de eficiência, qualidade e confiabilidade na prestação destes serviços, enquanto possibilita a atribuição das atividades finalísticas do órgão aos servidores, com foco no cumprimento da missão institucional da UFTM.

Com a solução adequada, busca-se, dentre outros:

- Eficiência na gestão de materiais e recursos: assegurando controle, organização e distribuição adequada dos materiais e equipamentos da Universidade;
- Agilidade e segurança nas operações logísticas: movimentação e transporte de materiais com apoio técnico especializado, reduzindo riscos de avarias e perdas e agilizando os atendimentos;
- Apoio técnico especializado em audiovisual: garantindo o funcionamento regular dos sistemas de áudio e vídeo em salas de aula, laboratórios e auditórios;
- Qualidade e continuidade das atividades acadêmicas e administrativas: suporte permanente a aulas, eventos, defesas, reuniões e transmissões institucionais;
- Otimização dos recursos humanos da UFTM: permitindo que servidores concentrem esforços em atividades estratégicas e finalísticas;
- Melhoria da infraestrutura de apoio ao ensino, pesquisa e extensão: proporcionando condições adequadas e modernas para a realização das atividades-fim da Universidade.

## 13. Providências a serem Adotadas

A contratação pretendida não demandará adequações físicas no ambiente de trabalho, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental, visto que se trata: no caso dos serviços de almoxarife, operador de carga e descarga e supervisor de almoxarifado, de uma contratação de serviços que já são prestados atualmente na UFTM, em locais, em quantidade e com características similares; no caso dos serviços de operador de áudio e vídeo (manutenção), trata-se de uma contratação necessária para a substituição de colaboradores já lotados na Seção de Atendimento ao Usuário (SAU), de modo a adaptar as atribuições da função às novas demandas e necessidades da área.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação objeto deste Estudo, a priori, não causará impactos ambientais, porém, os contratados deverão instruir seus funcionários sobre a importância das políticas de sustentabilidade, com atenção ao consumo consciente, aos direitos trabalhistas e à proteção dos direitos humanos.

A prestação do serviço deverá ser pautada em boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, redução dos índices de poluição, manejo adequado de resíduos, uso racional de água, energia elétrica, combustíveis e materiais de consumo, adotando medidas para evitar o desperdício.

Devem ser observados e atendidos os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na Instrução Normativa 01/2010 e no Plano Diretor de Logística Sustentável da UFTM (PDLS–UFTM), o qual propõe programas e medidas de sustentabilidade socioambiental na UFTM (<https://www.uftm.edu.br/proplan/planejamento-e-desenvolvimento/planejamento-estrategico/pdls/plano>).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os aspectos abordados neste estudo preliminar, a contratação da solução mostra-se viável e razoável, tendo em vista que os serviços objeto desta contratação são fundamentais para assegurar a movimentação de materiais de consumo, materiais permanentes, materiais de obra, organização de estoques, bem como o suporte técnico especializado em sistemas de áudio e vídeo, garantindo a continuidade e a qualidade das atividades acadêmicas, administrativas e institucionais da Universidade. Com esta contratação, será possível conciliar eficiência operacional, melhoria na prestação dos serviços de apoio e atendimento adequado às necessidades da Administração.

Observa-se que esta declaração não leva em consideração a existência de disponibilidade orçamentária para este contrato, devendo esta verificação ser feita no momento oportuno, quando da tramitação do processo de solicitação ao Departamento de Orçamento e Finanças.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MICKAEL GARCIA LEMOS RAMOS**

Equipe de Planejamento

**GUILHERME MARCELINO DE LIMA**

Equipe de Planejamento



**JOAO NUNES LEAL NETO**

Equipe de Planejamento

**CHRISTIANO BOVE BATISTA**

Equipe de Planejamento

**DIOMEDES BORGES DA SILVA JUNIOR**

Equipe de Planejamento

**ALINE MARCAL SILVA**

Equipe de Planejamento

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.pdf (4.46 MB)
- Anexo II - CCT MG001516-2025 - OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO.pdf (200.78 KB)
- Anexo III - CCT MG001973-2025 - ALMOXARIFE, OPERADOR DE CARGA E DESCARGA E SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO.pdf (428.05 KB)
- Anexo IV - ORÇAMENTOS EPI - ALMOXARIFE, OPERADOR DE CARGA E DESCARGA E SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO.pdf (19.99 MB)
- Anexo V - ORÇAMENTOS EPI - OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO.pdf (12.54 MB)
- Anexo VI - ORÇAMENTOS MATERIAIS - ALMOXARIFE, OPERADOR DE CARGA E DESCARGA E SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO.pdf (8.21 MB)
- Anexo VII - ORÇAMENTOS MATERIAIS - OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO.pdf (15.93 MB)
- Anexo VIII - ORÇAMENTOS MATERIAIS SOB DEMANDA - OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO.pdf (27.2 MB)
- Anexo IX - ORÇAMENTOS UNIFORMES - TODOS OS CARGOS.pdf (12.87 MB)

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO**  
**E CONTRATAÇÃO DIRETA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO- UFTM**

(Processo Administrativo nº 23085.008757/2025-11)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A União, por intermédio do(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, com sede na Rua Frei Paulino, 30, Bairro Abadia, na cidade de Uberaba MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 25.437.484/0001-61, neste ato representada pela Reitora, Profa. Dra. Marinalva Vieira Barbosa, nomeada pelo Decreto Presidencial de 01 de Junho de 2023, publicado no DOU de 02 de junho de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) (CONTRATADO), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na[endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23085.008757/2025-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico 90033/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de a contratação de serviços contínuos de almoxarife, operador de carga e descarga, supervisor de almoxarifado e operador de áudio e vídeo (manutenção) a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	Qtd	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

<b>1</b>	<b>1</b>	Prestação de serviço contínuo de almoxarife- Campus Uberaba -ref. contratação de 08 postos no período de 1 (um) ano	14907	UNIDADE	1		
	<b>2</b>	Prestação de serviço contínuo de operador de carga e descarga - Campus Uberaba - ref. contratação de 04 postos no período de 1 (um) ano	14389	UNIDADE	1		
	<b>3</b>	Prestação de serviço contínuo de supervisor de almoxarifado - Campus Uberaba - ref. contratação de 01 posto no período de 1 (um) ano	25623	UNIDADE	1		
<b>2</b>	<b>4</b>	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - Campus Uberaba - ref. contratação de 3 postos no período de 1 (um) ano	3778	UNIDADE	1		
	<b>5</b>	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção) com fornecimento de ferramentas e materiais - Campus Uberaba - ref. contratação de 2 postos com hora noturna no período de 1 (um) ano	3778	UNIDADE	1		
<b>3</b>	<b>6</b>	Prestação de serviço contínuo de almoxarife - Campus Iturama - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	14907	UNIDADE	1		
	<b>7</b>	Prestação de serviço contínuo de operador de carga e descarga - Campus Iturama - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano	14389	UNIDADE	1		
<b>4</b>	<b>8</b>	Prestação de serviço contínuo de operador de áudio e vídeo (manutenção)	3778	UNIDADE	1		

		com fornecimento de ferramentas e materiais - Campus Iturama - ref. contratação de 1 posto no período de 1 (um) ano					
--	--	---	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação]
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um ano)** contados do(a) **data de \_\_\_\_de\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *01 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *60 (sessenta) dias*;;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. Demais obrigações do contratante constam no Termo de Referência, anexo a este contrato, e todas vinculam ao mesmo.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;



- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações

relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.51. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.52. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.54. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.54.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.54.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.55. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.*

9.56. Demais obrigações do contratante constam no Termo de Referência, anexo a este contrato, e todas vinculam ao mesmo.

## **CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.6. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços

objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Uberaba/MG*, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

## **TESTEMUNHAS:**

1-

2-